

PARECER DE PLENÁRIO
Projeto de Lei Nº 3.899, DE 2012

Apensados: PL nº 6.365/2013, PL nº 6.383/2013, PL nº 1.495/2015, PL nº 3.705/2015, PL nº 4.758/2016, PL nº 5.291/2016, PL nº 5.296/2016, PL nº 6.180/2016, PL nº 6.475/2016, PL nº 9.933/2018, PL nº 1.356/2019, PL nº 2.325/2019, PL nº 5.291/2019, PL nº 5.690/2019, PL nº 1.469/2021, PL nº 1.755/2022, PL nº 1.817/2022, PL nº 1.874/2022, PL nº 2.925/2023, PL nº 4.555/2023, PL nº 907/2023 e PL nº 4.821/2024

Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Autora: Deputada JANDIRA FEGHALI

Relator: Deputado LUCIANO VIEIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, de autoria da Deputada Jandira Feghali, visa instituir a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Foram apensados ao projeto original:

O PL nº 6.365/2013, de autoria do Sr. Andre Vargas, que cria o Produto Sustentável; regulamenta o inciso VI do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; e dá outras providências.

O PL nº 6.383/2013, de autoria do Sr. Adrian, que estabelece o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Verde para as pessoas jurídicas que exercem exclusivamente a atividade de reciclagem de resíduos sólidos.

O PL nº 1.495/2015, de autoria do Sr. Goulart, que institui o Selo de Qualidade Ambiental.

O PL nº 3.705/2015, de autoria do Sr. Macedo, que dispõe sobre a instituição do Selo Verde para certificar empresas que adotem medidas para reduzir o consumo de água, aumentar a eficiência energética e reduzir, reutilizar e reciclar materiais e recursos.



O PL nº 4.758/2016, de autoria da Sra. Clarissa Garotinho, que proíbe a utilização de selo verde em produtos, a menos que seja por meio de certificação oficial.

O PL nº 5.291/2016, de autoria do Sr. Marx Beltrão, que dispõe sobre a criação do selo "Empresa Amiga do Meio Ambiente".

O PL nº 5.296/2016, de autoria do Sr. Daniel Vilela, que dispõe sobre a Política Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis e institui o Selo Produto Sustentável e o Selo Serviço Sustentável para a atividade econômica com desempenho ambiental superior.

O PL nº 6.180/2016, de autoria do Sr. Felipe Bornier, que dispõe sobre os incentivos fiscais aos produtos com a marca "Selo Verde".

O PL nº 6.475/2016, de autoria do Sr. Francisco Floriano, que "Altera a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para instituir Regime Especial de desoneração fiscal para empresas especializadas em reciclagem".

O PL nº 9.933/2018, de autoria do Sr. Diego Andrade, que dispõe sobre a instituição do "Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente".

O PL nº 1.356/2019, de autoria do Sr. Célio Studart, que assegura redução de Imposto de Exportação para produtos ecologicamente sustentáveis fabricados em território nacional.

O PL nº 2.325/2019, de autoria do Sr. Célio Studart, que isenta produtos sustentáveis da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O PL nº 5.291/2019, de autoria do Sr. Zé Vitor, que institui o Prêmio Brasil Agroambiental e dá outras providências.

O PL nº 5.690/2019, de autoria do Senado Federal - Confúcio Moura, que institui o selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para conferir vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm.

O PL nº 1.469/2021, de autoria do Sr. Leo de Brito, que acrescenta o artigo 13 A e seu parágrafo único à lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 para inserir o "Selo Produtor Ambientalmente Sustentável - PAS" no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente.

O PL nº 1.755/2022, de autoria do Sr. José Nelto, que institui o Programa de Incentivo à Economia Circular.



O PL nº 1.817/2022, de autoria do Sr. Arnaldo Jardim, que altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, a Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), fim de induzir a adoção de boas práticas ambientais, sociais e de governança.

O PL nº 1.874/2022, de autoria do Senado Federal - Comissão de Meio Ambiente, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei do Pré-Sal), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para adequá-las à nova política.

O PL nº 2.925/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a transparência em processos arbitrais e o sistema de tutela privada de direitos de investidores do mercado de valores mobiliários.

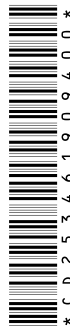
O PL nº 4.555/2023, de autoria do Sr. Raimundo Santos, que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que “dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios”, a fim de acrescentar o Art. 176-A, para priorizar a concessão de isenção a empresas que promovam a adoção de práticas e investimentos voltados para o uso responsável dos recursos naturais e a redução do impacto ambiental, contribuindo com a eficiência energética no País.

O PL nº 907/2023, de autoria da Sra. Flávia Moraes, que cria o Selo Socioambiental (SSA), e dá outras providências.

O PL nº 4.821/2024, de autoria do Sr. Max Lemos, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e financeiros para empresas que adotem práticas de economia circular, promovendo a reciclagem, o reuso de materiais e o design sustentável, e dá outras providências.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Econômico; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Indústria, Comércio e Serviços; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD). Por versar a referida proposição sobre matéria de competência de mais de quatro Comissões de mérito, consoante o que dispõe o artigo 34, inciso II, do Regimento Interno, é sujeita à apreciação de Comissão Especial.



Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é de urgência, conforme o art. 24, inciso I e art. 155, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

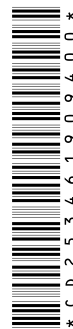
II.1. Mérito

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.899/2012, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que originalmente “Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis”. Ao longo de sua tramitação, foram pensadas à proposição principal diversas outras iniciativas legislativas, totalizando mais de 20 projetos apresentados entre 2012 e 2025. Essas proposições convergem no propósito de incentivar a transição do modelo linear de consumo para um modelo de economia circular e de baixo impacto ambiental. Elas representam 13 anos de esforço legislativo contínuo e plural, envolvendo parlamentares de diferentes partidos, todos contribuindo para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento sustentável no país. Os projetos pensados abordam temas variados, porém complementares, incluindo: incentivos fiscais e financeiros para práticas de reciclagem e reuso de materiais; criação de selos e certificados de sustentabilidade ambiental para empresas e produtos; alterações em marcos legais existentes para incorporar princípios de produção e consumo sustentáveis; e mecanismos para promoção da inovação e do desenho de produtos sustentáveis, entre outros.

Considerando a amplitude e a interconexão das matérias tratadas por todas essas proposições, optou-se pela elaboração de um Substitutivo que consolida as diversas ideias e intenções normativas em um texto único, coerente e abrangente. O Substitutivo que se segue tem por finalidade instituir a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) de forma integrada, englobando os princípios e objetivos comuns a todos os projetos, mas também incorporando mecanismos operacionais capazes de tornar a política efetiva em todo o país. Trata-se de uma construção amadurecida, fruto do acúmulo de debates e estudos técnicos realizados ao longo dos últimos anos nesta Casa.

O texto resultante apoia-se em base técnica robusta – incluindo referências a experiências internacionais de economia circular e contribuições de especialistas – e valoriza o acúmulo institucional da Câmara dos Deputados no tema, aproveitando as lições aprendidas e as melhores práticas sugeridas nas múltiplas proposições originais. Em suma, o relatório ora apresentado encaminha a matéria no sentido de aprovação de um Substitutivo que apresenta uma síntese aprimorada de 13 anos de reflexão legislativa, atendendo ao clamor por ações concretas de incentivo aos diversos temas correlatos que, em conjunto, servem de base para uma política efetiva de economia circular no Brasil.

Cumprido destacar o elevado interesse público e o mérito indiscutível de todas as iniciativas legislativas em exame. Cada projeto pensado trouxe uma perspectiva relevante para a promoção do desenvolvimento sustentável, seja por meio de estímulos econômicos, certificados de responsabilidade socioambiental ou diretrizes gerais de política pública. Esse conjunto de



proposições evidencia a convergência de esforços de diversos parlamentares em torno de um objetivo comum: levar o Brasil para um modelo de economia circular, no qual o crescimento econômico esteja alinhado com a conservação ambiental e o uso eficiente de recursos. Reconhecemos e enalteçemos, portanto, a diversidade de contribuições apresentadas ao longo dos anos, as quais serviram de alicerce para a construção da proposta atual.

No texto proposto, buscamos avançar ao estruturar instrumentos que vão além da simples declaração de boas intenções, conferindo aplicabilidade prática, diretrizes mensuráveis, obrigações claras e parâmetros verificáveis tanto para o setor público quanto para o privado. Em vez de replicar fórmulas genéricas ou criar dispositivos meramente orientativos, o substitutivo institui metas concretas, cria mecanismos de governança federativa, define instrumentos econômicos, estabelece critérios objetivos para aferição de desempenho e qualificação de acesso a incentivos, e delimita, com precisão, as competências e responsabilidades de cada ator econômico e institucional envolvido na cadeia circular.

Vale ressaltar os avanços concretos que o substitutivo traz em relação às proposições analisadas. Entre os diferenciais do texto substitutivo, destacam-se:

- Estruturação de mercados circulares – Criação de condições para o desenvolvimento de cadeias produtivas circulares, fomentando mercados de materiais reciclados e reuso de insumos, de modo a integrar os resíduos novamente na economia como matérias-primas valiosas. O substitutivo prevê incentivos para a formação dessas cadeias e estímulos à inovação em design de produtos que facilitem a reutilização e a reciclagem.
- Instrumentos econômicos de estímulo – Instituição de mecanismos econômicos e fiscais para promover a economia circular, tais como incentivos tributários para produtos e empresas sustentáveis, linhas de crédito e financiamento específicos para projetos de reciclagem e eco-inovação, investimento em tecnologia ambiental e possibilidade de parcerias público-privadas no setor. Esses instrumentos conferem concretude à política, assegurando recursos e vantagens competitivas a quem adotar práticas circulares.
- Governança federativa – Estabelecimento de instâncias de coordenação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando à implementação harmoniosa da PNEC em todo o território nacional. O substitutivo propõe a criação de um comitê gestor nacional, com participação de órgãos federais e fóruns de articulação com entes subnacionais, garantindo que as estratégias de economia circular sejam



adaptadas às realidades locais sem perder a coerência nacional. Prevê, ainda, a possibilidade de convênios e planos integrados envolvendo os três níveis da Federação.

- Responsabilidade empresarial – Incorporação de dispositivos que atribuem responsabilidades claras ao setor empresarial na transição para a economia circular. São previstas obrigações e incentivos para que as empresas adotem planos de gestão circular em suas operações, ampliem programas de logística reversa e responsabilidade pós-consumo, além de divulgarem indicadores de sustentabilidade e economia circular em seus relatórios anuais. Tal abordagem assegura o engajamento do setor produtivo, essencial para o sucesso da PNEC, indo além de mera declaração de princípios e passando a exigir resultados verificáveis.
- Metas claras e verificáveis – Diferentemente de propostas mais genéricas, o substitutivo estabelece metas quantitativas e prazos para a implementação de diversas medidas da PNEC. Por exemplo, podem ser fixadas metas nacionais de redução da geração de resíduos, aumento das taxas de reciclagem em setores-chave, diminuição do uso de recursos naturais virgens na indústria e incorporação mínima de material reciclado em produtos. A fixação de metas confere maior accountability e direcionamento à política pública, traduzindo os objetivos em resultados esperados e tangíveis.

Entretanto, é imperioso reconhecer que as diretrizes de uma política nacional, por mais avançadas que sejam, de pouco valerão se não estiverem associadas a mecanismos eficazes de responsabilização e reparação de danos. A experiência brasileira recente demonstra, de forma dolorosa, que os instrumentos tradicionais de comando-e-controle ambiental, a responsabilização penal e administrativa já existentes, têm sido insuficientes para prevenir tragédias socioambientais de grande magnitude.

O rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG, em 25 de janeiro de 2019, que resultou em 244 mortos e 26 desaparecidos, ocorreu menos de quatro anos após o desastre de Mariana/MG, o maior em volume de rejeitos de minério do mundo. Esses eventos catastróficos evidenciam as falhas sistêmicas no modelo atual de responsabilização. O Novo Acordo da Bacia do Rio Doce, prevendo R\$ 557 milhões em multas pelo rompimento da Barragem do Fundão em 2015, foi homologado pelo Plenário do STF apenas em novembro de 2024. Até hoje, ninguém foi responsabilizado criminalmente pelos desastres de Mariana¹ e Brumadinho².

¹ Cf. <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/11/05/mariana-9-anos-apos-desastre-familias-sem-casa-pesca-proibida-ninguem-punido-9-pontos-para-entender-a-tragedia.ghtml> acesso em 22 de abril de 2025.

² Cf. <https://obspenalbrumadinho.com.br/> acesso em 22 de abril de 2025.



Em países desenvolvidos, dois fatores contribuem decisivamente para a prevenção dessas tragédias: a responsabilização civil dos administradores das empresas e a indenização dos investidores lesados com esquemas fraudulentos – temática ainda pouco explorada no Brasil.

Consideremos o impacto financeiro dessas tragédias: a Vale, após o desastre de Brumadinho, chegou a registrar perda de valor de mercado de R\$ 59,29 bilhões. A Previ (caixa de previdência dos funcionários do Banco do Brasil), que detinha à época 14,5% do capital da Vale, sofreu prejuízos significativos que afetaram diretamente os beneficiários do fundo de pensão.

Outra consequência da falta de ressarcimento pelos danos causados por administradores irresponsáveis é a contaminação da reputação de todo o mercado de capitais brasileiro, diminuindo a oferta de capital e aumentando seu custo. Os preços das ações – inclusive em novas emissões por outras empresas – sofrem um desconto em relação ao valor que poderiam alcançar, não fosse pelo risco de prejuízos de desastres não ressarcidos.

Diante dessa realidade, é legítimo questionar se a estratégia mais produtiva para a prevenção de desastres é a confiança exclusiva na fiscalização ambiental, especialmente em conjunturas de severa restrição orçamentária. Até agora, tem sido negligenciado o poder dos mecanismos de mercado – a possibilidade de aperfeiçoar os marcos de governança corporativa e de responsabilização civil para colocar o capital para fiscalizar o capital.

Nesse contexto, destacamos a incorporação das notáveis contribuições de duas das proposições apensadas.

Em primeiro lugar, do Projeto de Lei nº 1.817, de 2022, que prevê, na Lei das Sociedades por Ações (nº6.404, de 1976), a obrigação do relato dos riscos, impactos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade, em geral, e das diretrizes de Economia Circular preconizadas por esta Política, em particular. Com isso, almejamos oferecer ao capital investidor níveis de transparência, confiabilidade e comparabilidade na divulgação ambiental compatíveis com aqueles praticados nos mercados mais desenvolvidos do mundo.

Em segundo lugar, do Projeto de Lei nº 2.925, de 2023 – apresentado pelo Poder Executivo em junho de 2023 – que representa um avanço significativo ao propor uma reforma no sistema de proteção a investidores do mercado de valores mobiliários e nos poderes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Conforme destacado em sua exposição de motivos, o projeto busca alinhar a regulamentação brasileira às melhores práticas internacionais, após estudo conjunto entre a OCDE e a CVM.

Com regras de responsabilização mais eficientes no Brasil, os administradores e controladores das sociedades, para não responderem a processos bilionários, evitariam atitudes mais arriscadas socioambientalmente



e seriam mais diligentes na disponibilização de informações aos interessados. Do mesmo modo, os "guardiões do mercado" – auditores, agências de classificação de risco e administradores fiduciários –, dentro de suas respectivas áreas de competência, teriam incentivos concretos para exercer com independência sua função de atestar o cumprimento de padrões elevados de conduta empresarial.

Com esses aprimoramentos, a redação ora apresentada sintetiza as contribuições mais relevantes de cada projeto apensado, estruturando uma Política Nacional de Economia Circular com aplicabilidade real e mecanismos de indução efetiva. Foram integradas ferramentas econômicas modernas, instrumentos de mercado, arcabouço regulatório consistente, governança multissetorial articulada e obrigações definidas para todos os agentes da cadeia — setor público, iniciativa privada e sociedade civil. Essa abordagem integrada e orientada à execução visa garantir que os princípios da circularidade se materializem em políticas públicas mensuráveis, metas auditáveis e transformações estruturais, evitando que a lei se limite a enunciados declaratórios sem eficácia normativa.

II.2. Adequação orçamentário-financeira

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Cabe a esta Comissão Especial análise do projeto principal, bem como de seus apensados, quanto à adequação financeira e orçamentária. Dessa forma, chega-se às seguintes conclusões:

- O PL nº 3.899/2012 institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Ele estabelece, em seu art. 9º, a concessão de benefício fiscal às empresas que obtiverem e mantiverem o selo de sustentabilidade, prevendo redução de 10% no imposto de renda sobre o lucro proporcional à venda de produtos com o selo. O texto não cumpria as determinações do art. 14 da LRF e foi devidamente ajustado no Substitutivo. Assim, o projeto deve ser considerado admissível sob a ótica orçamentária e financeira.

- Por proporem a concessão de benefícios fiscais, que representam renúncia de receita, sem apresentar estimativa do impacto financeiro e



orçamentário da renúncia fiscal nem indicar medidas de compensação conforme exigido pelo art. 14, da LRF, são inadmissíveis sob a ótica financeira e orçamentária os seguintes PL:

- PL nº 1.356/2019, que propõe a concessão de redução de até 10% no Imposto de Exportação para produtos ecologicamente sustentáveis, mediante certificação ambiental;
 - PL nº 2.325/2019, que propõe a isenção no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos sustentáveis.
 - PL nº 4.821/2024, que institui redução de até 20% no IRPJ e CSLL e acesso a crédito subsidiado para empresas que adotem práticas de economia circular;
 - PL nº 6.180/2016, que propõe a redução em até 75% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e em até 50% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) para produtos enquadrados com o “Selo Verde”;
 - PL 6.475/2016, que institui Regime Especial de desoneração fiscal para empresas especializadas em reciclagem;
 - PL nº 6.365/2013, que prevê a concessão de benefícios tributários (isenções de IPI, PIS e COFINS) para produtos qualificados como “Produto Sustentável”.
- O PL nº 1.874/2022 institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e promove alterações em legislações correlatas, sem estabelecer, de forma direta, novas despesas obrigatórias ou imediatas. Os dispositivos possuem caráter essencialmente programático e orientador, não configurando obrigações automáticas de gasto. Destaca-se que a destinação de recursos do Fundo Social da Lei n. 12.351/2010 (Lei do Pré-Sal) não representa, em si, criação de despesa, mas apenas redirecionamento de recursos já previstos no orçamento. Ou seja, a medida compensatória é justamente a parcela do Fundo que deixará de ser gasta em outras finalidades. Admissível, portanto, sob a ótica financeira e orçamentária;
 - Por também apenas instituir qualificação especial a particulares, tratando-se de medidas organizativas, não implicando criação de despesa nem concessão de incentivos tributários, são admissíveis os seguintes projetos de lei:
 - PL nº 6.383/2013, que propõe a criação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Verde (CNPJ/VERDE);
 - PL nº 1.495/2015, que institui o Selo de Qualidade Ambiental;
 - PL nº 4.758/2016 coíbe o uso indevido de selos ambientais (“maquiagem verde”) em produtos;
 - PL nº 5.291/2016, que institui o selo “Empresa Amiga do Meio Ambiente”;



- PL nº 9.933/2018, que também institui o “Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente”;
 - PL nº 1.469/2021, que cria o “Selo Produtor Ambientalmente Sustentável – PAS”;
 - PL 907/2023, que cria o “Selo Socioambiental (SSA)”.
- O PL nº 5.291/2019 institui o Prêmio Brasil Agroambiental, com premiações em dinheiro que variam entre R\$ 15.000 e R\$ 60.000 por tema, a serem concedidas bienalmente a produtores agropecuários que adotem práticas sustentáveis. Os recursos para o pagamento dos prêmios e despesas operacionais seriam provenientes, conforme o art. 5º, de dotações orçamentárias da União, doações e outras fontes, com previsão de regulamentação futura. Embora o art. 7º preveja a apresentação de estimativas de impacto orçamentário-financeiro em conformidade com os arts. 16 e 17 da LRF, o projeto não apresenta essa estimativa de forma concreta nem define, previamente à aprovação da lei, os valores totais envolvidos ou a fonte de custeio já prevista na LOA, em descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante disso, o projeto deve ser considerado inadmissível sob o aspecto orçamentário e financeiro.
 - O PL nº 3.705/2015 institui o Selo Verde. A solicitação deste certificado, conforme art. 3º, parágrafo único, será voluntária e os custos operacionais poderão ser cobrados das empresas requerentes, conforme decisão da administração pública. Além disso, não há previsão de benefício de forma direta que implique em despesa pública inescapável. Sendo assim, admissível, sob a ótica financeira e orçamentária;
 - O PL nº 5.690/2019 institui o selo “Empresa Parceira do Meio Ambiente” e altera as Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021 para permitir tratamento preferencial em contratações públicas às empresas certificadas. O custo da certificação será assumido pelas empresas interessadas, conforme previsto no art. 3º da proposição. Como não há previsão de concessão de benefícios fiscais, nem criação de despesas obrigatórias com impacto direto no orçamento público — considerando que a vantagem nas licitações será regulada por critérios objetivos e dentro dos limites legais —, e os encargos operacionais recaem sobre os solicitantes do selo, a proposta não acarreta impacto orçamentário-financeiro imediato. Assim, o projeto é considerado admissível sob a ótica financeira e orçamentária.
 - O PL nº 5.296/2016 institui a Política Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis. Embora o art. 7º determine a inclusão de critérios de priorização para empresas detentoras desses selos nos programas federais, a redação não implica, necessariamente, a criação de novas despesas públicas. Trata-se de diretriz normativa para regulamentação futura, condicionada à existência de programas já instituídos e dotados de recursos próprios, sem



previsão de aportes adicionais automáticos. Conclui-se, assim, que a proposição é admissível sob a ótica financeira e orçamentária.

- O PL nº 1.755/2022 institui a Política de Economia Circular e o Selo Produto Economicamente Circular. A proposta define princípios, objetivos e instrumentos da política. Embora o art. 5º mencione incentivos fiscais, financeiros e creditícios como mecanismos envolvidos, a proposição se restringe a estipulá-los de modo programático, sem a definição de seu modo de implementação. Assim, entende-se que não há a imposição de uma renúncia de receita inescapável para o Poder Público, de modo que o projeto é admissível sob a ótica financeira e orçamentária.

- O PL nº 1.817/2022 propõe alterações normativas com o objetivo de incorporar critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) na governança corporativa, nos instrumentos de política ambiental e nos processos licitatórios. O projeto prevê a exigência de relatórios de sustentabilidade auditados, a inclusão da auditoria ambiental voluntária como instrumento da PNMA e o uso de critérios ESG para qualificação e desempate em licitações. Como a proposição não institui despesa pública direta, não implica renúncia de receita nem altera a arrecadação tributária, tratando exclusivamente de aprimoramentos normativos e regulatórios, não há impacto orçamentário-financeiro imediato. Diante disso, entende-se que o projeto é admissível sob a ótica financeira e orçamentária.

- O PL nº 2.925/2023 altera dispositivos da Lei nº 6.385/1976 e da Lei nº 6.404/1976 com o objetivo de fortalecer a proteção de investidores minoritários no mercado de capitais, por meio da ampliação de instrumentos de responsabilização civil, maior transparência em processos arbitrais e reforço institucional da CVM. A proposta tem foco regulatório, não implicando criação de despesas obrigatórias nem renúncia de receitas. Sendo assim, é admissível sob a ótica financeira e orçamentária.

- O PL nº 4.555/2023 altera o Código Tributário Nacional para estabelecer prioridade na concessão de isenções fiscais a empresas que promovam práticas sustentáveis e investimentos em eficiência energética. A redação do art. 176-A, inserido pela proposta, tem natureza programática e orientativa, sem criar benefício fiscal automático, tampouco definir critérios quantitativos ou implicar renúncia de receita de forma direta. Conclui-se, portanto, que a proposição é admissível sob a ótica financeira e orçamentária.

Ante o exposto, votamos, no âmbito da Comissão Especial, pela inadequação orçamentário-financeira dos PLs apensados nº 1.356/2019, 2.325/2019, 4.821/2024, 6.180/2016, 6.475/2016, 6.365/2013 e 5.291/2019, por implicarem renúncia de receita ou criação de despesa sem atender às exigências legais.



Por sua vez, votamos, no âmbito da Comissão Especial, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 3.899/2012, na forma do substitutivo anexo e dos Projetos de Leis nº 1.874/2022; 6.383/2013; 1.495/2015; 4.758/2016; 5.291/2016; 9.933/2018; 1.469/2021; 907/2023; 3.705/2015; 5.690/2019; 5.296/2016; 1.755/2022; 1.817/2022; 2.925/2023; 4.555/2023, uma vez que não apresentam impacto orçamentário-financeiro negativo.

A fim de corrigir inconsistências, o Substitutivo ora proposto incorpora dispositivos que regulam os instrumentos econômicos e fiscais da PNEC de forma compatível com os preceitos da LRF.

II.3. Da Constitucionalidade e Juridicidade

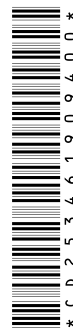
Cabe a esta Comissão Especial pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL nº 3.899, de 2012, e dos seus apensados, a teor do art. 32, inciso IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como quanto ao mérito dessas proposições.

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, V e VI, da Constituição Federal), cabendo ao ente central o estabelecimento de normas gerais sobre o tema.

Quanto à constitucionalidade material, a juridicidade e a técnica legislativa empregada nos Projetos de Lei nºs 3.899/2012, 1.817/2022, 1.874/2022, 2.925/2023 e 4.555/2023 nada há a objetar.

Os Projetos de Lei nºs 6.365/2013, 6.383/2013, 1.495/2015, 3.705/2015, 5.291/2016, 5.296/2016, 6.180/2016, 6.475/2016, 9.933/2018, 1.356/2019, 2.325/2019, 5.291/2019, 5.690/2019, 1.469/2021, 1.755/2022, 907/2023 e 4.821/2024 caminham ao encontro da inconstitucionalidade na medida em que impõem atribuições a diversos órgãos do Poder Executivo, matéria que tangencia a organização e funcionamento da administração federal, de competência privativa do Presidente da República (art. 84, IV), além de trazerem previsões de isenção de tributos sem a devida estimativa do impacto orçamentário-financeiro, o que contraria o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PL nº 3.899/2012 institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis e elege como seus principais instrumentos o Selo Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis e os incentivos fiscais, financeiros e creditícios (arts. 6º, I e II e 7º a 12). Para a implementação e fiscalização do primeiro instrumento, o projeto prevê atribuições ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e ao Sistema Nacional de Metrologia,



Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), que são integrados por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público. O segundo instrumento estabelece incentivos fiscais, financeiros e creditícios. O projeto não apresenta nenhum vício insanável e, portanto é adequado sob a ótica constitucional.

O PL nº 6.365/2013 institui o título de Produto Sustentável conferindo ao Comitê Interministerial de Mudança do Clima a incumbência de executar as medidas administrativas necessárias ao funcionamento da política (arts. 1º, III e 3º, §3º), além de também trazer previsões de isenção de tributos (art. 2º) desacompanhadas da devida estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

O PL nº 6.383/2013 cria o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Verde para as pessoas jurídicas que exercem exclusivamente a atividade de reciclagem de resíduos sólidos, o que também acarreta a criação de novas tarefas para a administração tributária, que deverá criar e gerir o referido cadastro.

O PL nº 1495/2015 institui o Selo de Qualidade Ambiental, determinando, em seu art. 3º, parágrafo único, que os padrões e critérios para a outorga do Selo serão estabelecidos por regulamento pelo Poder Executivo também dando a órgãos desse poder incumbências estranhas às suas competências já instituídas.

O PL nº 3.705/2015 institui o Selo Verde para certificar empresas que adotem medidas para reduzir o consumo de água, aumentar a eficiência energética e reduzir, reutilizar e reciclar materiais e recursos, dispõe, em seu art. 2º que a concessão e a fiscalização do selo fica a cargo do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

O PL nº 5.291/2016 cria o selo “Empresa Amiga do Meio Ambiente” fixando em seu art. 2º que sua concessão será incumbência órgão federal de meio ambiente competente.

O PL nº 5.296/2016, apesar de trazer previsões quanto aos princípios, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis que visa instituir, também cria o Selo Produto Sustentável e o Selo Serviço Sustentável, impondo sua regulamentação e concessão ao Poder Público, que apesar de não identificado como pertencendo ao Executivo, certamente recairão sobre este.

O PL nº 6.180/2016 cria o Selo Verde (art. 2º), dispondo que será concedido e fiscalizado pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), além de conferir benefícios tributários (arts. 3º e 4º) sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro.



O PL nº 6.475/2016 constitui desoneração fiscal para empresas especializadas em reciclagem sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

O PL nº 9.933/2018 cria o Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente, impondo ao órgão central do SISNAMA a tarefa de fazê-lo funcionar.

O PL nº 1.356/2019 assegura redução de Imposto de Exportação para ecologicamente produtos sustentáveis fabricados em território nacional sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

O PL nº 2.325/2019 isenta produtos sustentáveis da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) também sem apresentar previsão do impacto orçamentário-financeiro.

O PL nº 5.291/2019 cria o Prêmio Brasil Agroambiental, mas dispõe, em seu art. 6º, que caberá ao órgão competente definir o órgão executor do prêmio e que caberá ao órgão executor elaborar e propor as normas de operacionalização do Prêmio, que deverão ser aprovadas pelo órgão competente e não está acompanhada da estimativa de gastos impacto orçamentário financeiro com o pagamento dos valores de prêmio previstos.

O PL nº 5.690/2019 cria o selo “Empresa Parceira do Meio Ambiente” estabelecendo que a autorização para uso do selo “Empresa Parceira do Meio Ambiente” será concedida pelo poder público ou instituição por ele acreditada.

O PL nº 1.469/2021 cria o “Selo Produtor Ambientalmente Sustentável – PAS” dispondo que a forma de concessão da certificação criada será disciplinada em regulamento a ser expedido pelo órgão competente.

O PL nº 1.755/2022 institui a Política de Economia Circular e o Selo Produto Economicamente Circular dispondo que a concessão será feita na forma de regulamento pelo Poder Público.

O PL nº 907/2023 cria o Selo Socioambiental fixando que será concedido voluntariamente pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

O PL nº 4.821/2024 prevê a concessão de incentivos fiscais e financeiros para empresas que adotem práticas de economia circular, sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro, além de impor obrigação ao Poder Executivo no sentido de criar um comitê interministerial para monitorar e avaliar a implementação das práticas de economia circular.

Já PL nº 4.758/2016 apesar de ser constitucional e jurídico, precisa de reparos pontuais no que concerne à técnica legislativa e à redação já que possui dispositivos (art. 2º, I e V) com mais de um comando normativo (mais de um período), o que não se coaduna com a boa técnica legislativa, e também necessita de correções de diagramação. Deixamos, no entanto, de apresentar



a pertinente emenda de redação considerando que o substitutivo ora apresentado supera seu conteúdo.

Em face do exposto, nosso voto é pela:

a) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3899/2012, na forma do Substitutivo anexo e dos Projetos de Leis nº 4.758/2016, 1.817/2022, 1.874/2022, 2.925/2023, 4.555/2023;

b) inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 6.365/2013, 6.383/2013, 1.495/2015, 3.705/2015, 5.291/2016, 5.296/2016, 6.180/2016, 6.475/2016, 9.933/2018, 1.356/2019, 2.325/2019, 5.291/2019, 5.690/2019, 1.469/2021, 1.755/2022, 907/2023 e 4.758/2016;

II.4. Conclusão do voto

Ante o exposto, pela Comissão Especial, nosso voto é da seguinte forma:

- I. pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Nº 3.899, de 2012, na forma do substitutivo proposto e dos apensados PL nº 4.758/2016, 1.817/2022, 1.874/2022, 2.925/2023, 4.555/2023 e pela inconstitucionalidade dos Projetos de Leis nº 6.365/2013, PL nº 6.383/2013, PL nº 1.495/2015, PL nº 3.705/2015, PL nº 5.291/2016, PL nº 5.296/2016, PL nº 6.180/2016, PL nº 6.475/2016, PL nº 9.933/2018, PL nº 1.356/2019, PL nº 2.325/2019, PL nº 5.291/2019, PL nº 5.690/2019, PL nº 1.469/2021, PL nº 1.755/2022, PL nº 907/2023 e PL nº 4.821/2024;
- II. pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Projeto de Lei nº 3.899/2012, na forma do substitutivo anexo e dos Projetos de Leis nº 1.874/2022; 6.383/2013; 1.495/2015; 4.758/2016; 5.291/2016; 9.933/2018; 1.469/2021; 907/2023; 3.705/2015; 5.690/2019; 5.296/2016; 1.755/2022; 1.817/2022; 2.925/2023; 4.555/2023 e pela inadequação financeira e orçamentária dos Projetos de Leis nº 1.356/2019, 2.325/2019, 4.821/2024, 6.180/2016, 6.475/2016, 6.365/2013 e 5.291/2019;
- III. no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo anexo, do Projeto de Lei Nº 3.899, de 2012, e dos Projetos de Leis PL nº 6.365/2013, PL nº 6.383/2013, PL nº 1.495/2015, PL nº 3.705/2015, PL nº 4.758/2016, PL nº 5.291/2016, PL nº 5.296/2016, PL nº 6.180/2016, PL nº 6.475/2016, PL nº 9.933/2018, PL nº 1.356/2019, PL nº 2.325/2019, PL nº 5.291/2019, PL nº 5.690/2019, PL nº 1.469/2021, PL nº 1.755/2022, PL nº 1.817/2022, PL nº 1.874/2022, PL nº 2.925/2023, PL nº 4.555/2023, PL nº 907/2023 e PL nº 4.821/2024.



Sala das Sessões, em de de 2025.
Deputado LUCIANO VIEIRA
Relator

Apresentação: 27/10/2025 21:51:51.633 - PLEN
PRLP 9 => PL 3899/2012

PRLP n.9



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253461909400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Vieira



* CD 253461909400 *

PLENÁRIO

SUBSTITUTIVO ao projeto de lei nº 3.899, de 2012

Apensados: PL nº 6.365/2013, PL nº 6.383/2013, PL nº 1.495/2015, PL nº 3.705/2015, PL nº 4.758/2016, PL nº 5.291/2016, PL nº 5.296/2016, PL nº 6.180/2016, PL nº 6.475/2016, PL nº 9.933/2018, PL nº 1.356/2019, PL nº 2.325/2019, PL nº 5.291/2019, PL nº 5.690/2019, PL nº 1.469/2021, PL nº 1.755/2022, PL nº 1.817/2022, PL nº 1.874/2022, PL nº 2.925/2023, PL nº 4.555/2023, PL nº 907/2023 e PL nº 4.821/2024

Institui a Política Nacional de Economia Circular, estabelece mecanismos de estímulo, parâmetros e instrumentos de fortalecimento da responsabilidade na gestão corporativa, a produção e o consumo sustentáveis, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC), com o objetivo de promover a transição para um modelo econômico sustentável, regenerativo e inclusivo, baseado na eficiência do uso de recursos, na valorização de produtos e materiais ao longo de todo o seu ciclo de vida e na redução da geração de resíduos, emissões e desperdícios.

Art. 2º A Política Nacional de Economia Circular aplica-se às ações do poder público e do setor empresarial industrial, comercial, agropecuário e de serviços e articula-se de forma integrada, complementar e harmonizada com os seguintes marcos legais e políticas públicas:

- I – Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981);
- II – Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999);
- III – Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997);



IV – Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009);

V – Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);

VI – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000); e

VII – Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

VIII – Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – adição de valor: processo que começa com a produção de matérias-primas, prossegue com a transformação em produtos e serviços, continua com a distribuição e a venda e viabiliza o reúso, o reparo, a remanufatura, a reciclagem, a compostabilidade e a regeneração;

II – circularidade: grau de alinhamento de comportamentos, modelos de negócio, decisões de investimento e processos produtivos com os princípios da economia circular;

III – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final, bem como os mecanismos de reutilização e reciclagem.

IV – coproduto: insumo derivado de produtos comumente desperdiçados, mas que podem ser usados para criar novos produtos, aumentando a eficiência e evitando descarte;

V – desenho circular: concepção de produtos, serviços e sistemas orientada à durabilidade, modularidade, reparabilidade, reutilização, reciclabilidade e regeneração dos ecossistemas;

VI – economia circular: sistema econômico regenerativo que mantém o fluxo circular de recursos, energia e associa a atividade econômica a gestão inteligente de materiais, produtos e recursos energéticos, por meio da adição, retenção ou recuperação de valor, baseado na redução de resíduos, na circulação de bens e na regeneração ambiental;

VII – greenwashing: prática ou afirmação socioambiental enganosa ou abusiva, que, por meio de referências verbais ou não-verbais, destaque benefícios, melhorias, aperfeiçoamentos ou quaisquer características com o objetivo de induzir a pessoa consumidora a acreditar em efeitos positivos ou não negativos ao meio ambiente gerados pela produção ou consumo de determinado produto ou serviço.



VIII – produto como serviço: modelo de negócio em que empresas fornecem acesso ao uso de um produto, em vez da posse, viabilizando múltiplos ciclos de uso com menor consumo de recursos naturais;

IX – recondicionamento: processo técnico de restauração de produto, com substituição e ajuste de componentes, realizado por qualquer empresa legalmente habilitada, de modo que o produto atenda aos critérios de desempenho técnico definidos em norma vigente, sem vínculo direto com o fabricante original;

X – recuperação de valor: reaproveitamento de materiais ou componentes, mesmo após o encerramento da vida útil do produto, por meio de reciclagem, compostagem ou transformação energética;

XI – recuperação e valorização energética de resíduos: processos que utilizam resíduos sólidos como fonte alternativa de energia térmica, elétrica ou mecânica, por meio de tecnologias ambientalmente adequadas, complementares à reciclagem e hierarquizadas conforme a legislação ambiental vigente;

XII – regeneração: práticas e tecnologias que restauram ecossistemas, serviços ambientais e biodiversidade, podendo ser resultado direto da substituição de materiais finitos por renováveis ou da redução da pegada ecológica nas cadeias produtivas;

XIII – remanufatura: processo industrial formal e rastreável, realizado pelo fabricante original ou por empresa autorizada, que restaura produtos à condição funcional equivalente ao novo, com garantia e conformidade técnica;

XIV – reparo: intervenção técnica para correção de falhas específicas em produto ou material, permitindo sua reutilização para o mesmo fim;

XV – retenção de valor: extensão do tempo de uso e permanência de produtos no sistema econômico, por meio de manutenção, reúso, reparo, recondicionamento e remanufatura;

XVI – reúso: uso de produto ou material em seu formato e composição originais, para o mesmo ou novo fim, sem a necessidade de transformação física ou química;

XVII – soluções de desenho circular: estratégias aplicadas às fases iniciais da concepção de produtos e processos, que favorecem sua circularidade ao longo do ciclo de vida;

XVIII – tecnologias de baixo carbono: conhecimentos, equipamentos e processos que reduzem ou eliminam emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para mitigação da crise climática;



XIX – transição justa: conjunto de processos e princípios que asseguram equidade social, inclusão produtiva e proteção da força de trabalho durante a transição para modelos circulares de desenvolvimento;

XX – valor: benefício percebido por usuários, empresas, comunidades e o meio ambiente, resultante do uso eficiente, responsável e circular dos recursos;

XXI – rastreabilidade de materiais: capacidade de acompanhar os fluxos de materiais ao longo da cadeia de valor, permitindo aferição de circularidade, origem, impacto e destino;

XXII – obsolescência programada: estratégia deliberada de limitação da vida útil de produtos, com o objetivo de acelerar seu descarte e substituição, em desacordo com os princípios da economia circular.

Art. 4º A Política Nacional de Economia Circular rege-se pelos seguintes princípios:

I – a eliminação, desde o início da cadeia produtiva, de resíduos e da poluição, observando o desenho de produtos, serviços e sistemas;

II – a manutenção do valor dos recursos, produtos e materiais em uso, pelo maior tempo possível;

III – a regeneração dos sistemas naturais;

IV – o pensamento sistêmico na gestão de recursos, considerando os impactos das interações entre sistemas ambientais, sociais e econômicos, tendo em conta a perspectiva do ciclo de vida das suas soluções;

V – a regeneração, a retenção ou a adição de valor, fornecendo soluções eficazes que utilizem os recursos de forma eficiente e contribuam para satisfazer as necessidades da sociedade;

VI – a minimização da extração e a gestão de recursos, renováveis ou não, para regenerar e aumentar o valor ao longo do tempo;

VII – o compartilhamento de valor em que organizações e partes interessadas colaborem ao longo da cadeia ou rede de valor, de forma inclusiva e equitativa, para benefício e bem-estar da sociedade;

VIII – a rastreabilidade de estoques e fluxos de recursos de forma transparente e responsável, de modo a continuar a regenerar, reter ou acrescentar valor, mantendo-se o fluxo circular de recursos;

IX – a resiliência do ecossistema promovida por práticas e estratégias organizacionais que contribuam para a regeneração dos recursos naturais e da sua biodiversidade;

X – o incentivo ao consumo sustentável;

XI – a promoção da transição justa;



XII – a não geração, a redução, a reutilização, o compartilhamento, a recuperação, a remanufatura e a reciclagem, bem como a regeneração da natureza, a fim de criar um sistema circular;

XIII – responsabilização dos agentes econômicos pelos custos associados à prevenção, mitigação e compensação dos impactos ambientais gerados por suas atividades, produtos ou serviços;

XIV – valorização e remuneração de agentes que promovem externalidades ambientais e sociais positivas.

Art. 5º A Política Nacional de Economia Circular tem como objetivos:

I – promoção da gestão estratégica, do mapeamento e do rastreamento dos estoques e fluxos dos recursos e energia no território nacional;

II – promoção de novos modelos de negócio baseados em critérios de circularidade e suas soluções;

III – fortalecimento das cadeias de valor por meio de adição, retenção e recuperação do valor dos recursos e energia;

IV – incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação para a promoção da circularidade;

V – conscientização da sociedade sobre o melhor uso de recursos, energia, produtos e materiais;

VI – estímulo à oferta de soluções em economia circular;

VII – incentivo às atividades voltadas para a economia circular como estratégia de desenvolvimento econômico e social do País;

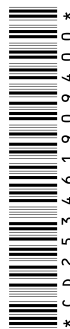
VIII – manutenção de produtos e materiais em uso, regeneração de sistemas naturais e minimização da utilização de recursos naturais não renováveis como insumos ou matérias-primas, inclusive energética, assim como da geração de resíduos e da poluição associada à produção;

IX – integrar a economia circular às políticas públicas de desenvolvimento industrial, agrícola, comercial, urbano, educacional, energético, científica e tecnológica;

X – promover o mapeamento, o rastreamento e a gestão estratégica dos estoques e fluxos de recursos, resíduos e materiais no território nacional, como base para planejamento, regulação, fiscalização e fomento à circularidade.

Art. 6º A implementação da Política Nacional de Economia Circular observará as seguintes diretrizes:

I – articulação interinstitucional e interfederativa entre os entes da federação, com estímulo à integração das políticas setoriais e territoriais;



II – promoção de ambientes regulatórios e financeiros favoráveis à inovação circular, à descarbonização produtiva e à substituição de modelos lineares por soluções regenerativas;

III – estímulo à adoção voluntária ou regulada de indicadores de circularidade, com base em métricas reconhecidas nacional e internacionalmente, inclusive em compras públicas, financiamentos e processos regulatórios;

IV – fortalecimento da rastreabilidade, do controle de qualidade e da confiabilidade dos dados sobre fluxos de materiais e recursos, com uso de instrumentos de medição, certificação técnica e normalização setorial;

V – reconhecimento da circularidade como critério técnico para a definição de incentivos fiscais, financeiros e creditícios, respeitada a legislação tributária vigente;

VI – valorização da ciência, da pesquisa, da extensão e da inovação aberta como motores da transformação dos sistemas produtivos e de consumo;

VII – incentivo à qualificação da força de trabalho, à formação técnica e ao desenvolvimento de competências voltadas à economia circular nos currículos escolares, universitários, profissionais e nos programas de educação ambiental formal, não formal e continuada;

VIII – fortalecimento das capacidades institucionais dos órgãos públicos responsáveis pela formulação, gestão e fiscalização das políticas de circularidade;

IX – integração da economia circular à política industrial e à estratégia de desenvolvimento nacional, com estímulo à reconversão de cadeias produtivas e à reindustrialização verde;

X – incentivo à estruturação de instrumentos financeiros e de mercado que valorizem ativos circulares, regenerativos ou de impacto ambiental positivo;

XI – inclusão das organizações da sociedade civil, de povos e comunidades tradicionais, cooperativas, movimentos sociais e populações vulneráveis no processo de transição circular;

XII – reconhecimento da circularidade como critério transversal nas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, nos termos da Política Nacional sobre Mudança do Clima;

XIII – valorização de soluções baseadas na natureza e da bioeconomia como instrumentos de regeneração de recursos, proteção da biodiversidade e desenvolvimento sustentável;

XIV – promoção de parcerias público-privadas e arranjos territoriais, inclusive consórcios intermunicipais e interfederativos, voltados à infraestrutura, à inovação e à logística para a circularidade em escala;



XV – estímulo à normalização técnica, à certificação e à padronização de produtos, processos e indicadores circulares e da cooperação internacional;

XVI – integração da economia circular aos instrumentos de planejamento e gestão pública, como planos plurianuais, leis orçamentárias, planos diretores e políticas setoriais;

XVII – estímulo à efetiva implementação de sistemas de responsabilidade pós-consumo, com foco na logística reversa, na rastreabilidade de resíduos e na inclusão de cooperativas e catadores, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

XVIII – promoção de mecanismos de mercado e sistemas de compensação que valorizem indicadores de circularidade.

CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS

Art. 7º São instrumentos da Política Nacional de Economia Circular:

I – os planos nacional, estaduais, distrital e municipais de economia circular;

II – os sistemas de informação, monitoramento e avaliação da circularidade, incluindo indicadores, painéis de dados públicos, certificações e mecanismos de verificação de desempenho ambiental e social;

III – os acordos setoriais, termos de compromisso e pactos multissetoriais celebrados entre o poder público, os entes privados e a sociedade civil para viabilizar estratégias circulares nas cadeias de valor;

IV – os incentivos econômicos, fiscais, financeiros e creditícios, com base em critérios técnicos de circularidade e desempenho ambiental comprovado, conforme regulamentação específica;

V – os editais de fomento à inovação, ciência, tecnologia e transição produtiva, destinados a apoiar soluções circulares, reindustrialização verde e reconversão de cadeias produtivas;

VI – os critérios e parâmetros técnicos de circularidade aplicáveis a licitações, compras públicas sustentáveis, outorgas públicas, subsídios, benefícios fiscais e financiamentos;

VII – os consórcios públicos e os arranjos de governança interfederativa e intersetorial voltados à implementação de ações integradas de infraestrutura, inovação, capacitação e gestão circular;

VIII – os instrumentos de responsabilização e logística reversa previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, inclusive a rastreabilidade de resíduos, materiais e produtos pós-consumo;



IX – os mecanismos de precificação e compensação ambiental e circular, inclusive os mercados voluntários ou regulados de créditos de circularidade, definidos em regulamentação específica;

X – os fundos públicos e privados, nacionais e internacionais, com finalidade compatível, inclusive os voltados à mitigação climática, à bioeconomia, à descarbonização e à regeneração ambiental.

Parágrafo único. Para fins de viabilizar a transparência, o acompanhamento, e a avaliação de efetividade da Política Nacional de Economia Circular e dos instrumentos desta lei, o Poder Executivo instituirá o Portal Transparência da Economia Circular.

CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA E GESTÃO FEDERATIVA

Art. 8º A implementação da Política Nacional de Economia Circular (PNEC) observará os princípios da cooperação interfederativa, da gestão descentralizada e da articulação entre os entes federativos, com o objetivo de promover sinergias e alinhamento institucional entre políticas públicas de desenvolvimento econômico, ambiental, social e industrial.

§1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão de forma coordenada na formulação, regulamentação e execução das ações previstas nesta Lei.

§2º Serão fomentados consórcios públicos, arranjos de governança territorial e instrumentos de cooperação técnica para a implementação da economia circular em escala regional e local.

§3º A União, por meio do Fórum Nacional de Economia Circular, poderá estabelecer normas gerais e padrões nacionais para harmonização de indicadores, certificações e parâmetros técnicos de circularidade.

Art. 9º. Será instituída, por ato normativo do Poder Executivo Federal, a Entidade Gestora Nacional de Certificação em Economia Circular, responsável por coordenar e supervisionar o Sistema Nacional de Certificação da Circularidade, atuando de forma articulada e cooperativa com os entes federativos, em especial com os órgãos subnacionais de meio ambiente, visando à efetividade da política de economia circular a partir da realidade local.

§1º Compete à Entidade Gestora Nacional de Certificação em Economia Circular:



I – Aprovar, manter e revisar os critérios nacionais de certificação da adequação à economia circular, observadas as normas internacionais e diretrizes da ISO/ABNT;

II – Credenciar e supervisionar os Organismos de Certificação de Produtos, Sistemas ou Processos autorizados a realizar auditorias técnicas junto às empresas obrigadas ou aderentes voluntárias à política;

III – Emitir os certificados nacionais de adequação à economia circular, com validade nacional e reconhecimento progressivo em instâncias internacionais;

IV – Manter cadastro público e atualizado das empresas certificadas, bem como dos organismos de auditoria credenciados;

V – Elaborar relatórios nacionais anuais de progresso, consolidando os resultados obtidos pelos setores produtivos e encaminhando-os aos órgãos competentes;

VI – Assessorar os entes subnacionais na implementação das metas de economia circular, incluindo capacitações e disseminação de boas práticas.

§2º A Entidade Gestora deverá apresentar:

I – Atuação nacionalmente estruturada e representativa dos diversos biomas e realidades regionais, especialmente nas dimensões locais e subnacionais da gestão ambiental;

II – Capacidade de articulação reconhecida, com histórico de cooperação junto a órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente, além de interlocução com entidades multilaterais, organizações da sociedade civil e setor produtivo;

III – Experiência comprovada em políticas públicas ambientais, incluindo a promoção da gestão sustentável de resíduos sólidos, uso eficiente de recursos e ações de economia circular;

IV – Histórico de participação em fóruns ambientais nacionais e internacionais, com protagonismo na implementação descentralizada de instrumentos de gestão, planejamento e fiscalização ambiental;

V – Capacidade para credenciar, supervisionar e auditar os Organismos de Certificação, bem como consolidar e divulgar os resultados nacionais da política de circularidade.

§3º A Entidade Gestora poderá firmar parcerias, convênios, acordos de cooperação e contratos com instituições públicas e privadas para apoiar a implementação e o fortalecimento do sistema de certificação, especialmente no nível municipal.

§4º A estrutura da Entidade Gestora deverá garantir a participação ativa dos entes subnacionais, por meio de câmaras temáticas, comissões consultivas ou



redes regionais, de modo a assegurar que as diretrizes e critérios de certificação reflitam as realidades locais.

Seção I – Do Fórum Nacional de Economia Circular

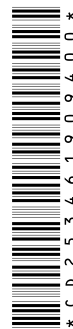
Art. 10. Fica instituído o Fórum Nacional de Economia Circular (FNEC), órgão permanente de caráter consultivo, propositivo e participativo, com a finalidade de:

- I – acompanhar a implementação da POTC e propor diretrizes, planos e estratégias interinstitucionais;
- II – fomentar a cooperação entre entes federativos, sociedade civil, setor empresarial e comunidade científica;
- III – apoiar a construção e o monitoramento dos planos nacional, estaduais, regionais e setoriais de economia circular;
- IV – promover a troca de boas práticas e a articulação de iniciativas em curso no território nacional;
- V – estimular a integração da economia circular aos planos plurianuais e às leis orçamentárias dos entes federativos.

Art. 11. O FNEC será composto por representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, de forma paritária, garantindo ampla representação da diversidade regional, social e setorial do país.

§1º A composição do FNEC será definida em regulamento, observando a seguinte estrutura:

- I – Representantes do Poder Executivo Federal:
 - a) Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço;
 - b) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
 - c) Ministério da Fazenda;
 - d) Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
 - e) Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
 - f) Ministério da Agricultura e Pecuária;
 - g) Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
 - h) Ministério do Trabalho e Emprego;
 - i) Ministério das Relações Exteriores;
 - j) Ministério da Educação;



- k) Ministério das Cidades;
- l) Secretaria-Geral da Presidência da República;
- m) Casa Civil;
- n) Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

II – Representantes dos Estados e Municípios:

- a) 2 (dois) representantes da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA;
- b) 2 (dois) representantes da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA.

III – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Organizações não governamentais com atuação reconhecida em meio ambiente, sustentabilidade e economia circular;
- b) Especialistas, universidades e centros de pesquisa com notório saber em economia circular, desenvolvimento sustentável ou inovação tecnológica;
- c) Representante do setor empresarial industrial, comercial, agropecuário e de serviços.

§2º Os membros do FNEC terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, e suas funções serão exercidas sem remuneração, sendo consideradas de relevante interesse público.

Seção II – Da Governança Subnacional e da Cooperação Federativa

Art. 12. A implementação da PNEC será incentivada em todos os níveis da Federação, por meio da cooperação técnica e financeira entre os entes federativos, da adesão voluntária e da articulação em redes territoriais de circularidade.

§1º Serão fomentados:

- I – fóruns estaduais, distrital e municipais de economia circular, vinculados ou articulados ao FNEC, com base em diretrizes nacionais e regionalizadas;
- II – a criação de consórcios públicos intermunicipais, interestaduais e interfederativos voltados à economia circular, à logística reversa e à gestão de resíduos;
- III – instrumentos de planejamento, monitoramento e financiamento que contemplem ações regionais e locais de economia circular.

§2º A União poderá prestar cooperação técnica e financeira aos entes federativos que aderirem voluntariamente aos instrumentos e metas nacionais da PNEC, inclusive por meio de:



- I – pactos federativos de desempenho em economia circular;
- II – acordos de resultados com compromissos e metas progressivas;
- III – editais públicos de estímulo à inovação e à regionalização de soluções circulares.

Seção III – Das Compras Públicas

Art. 13. A licitação para aquisição ou contratação de bens e serviços, inclusive de engenharia, deve seguir o princípio da circularidade, com foco na funcionalidade e no valor dos recursos orçamentários.

Parágrafo único. O Poder Público observará critérios que valorizem fornecedores que adotem práticas de produção limpa, economia de baixo carbono, de geração e utilização de energias renováveis e responsabilidade socioambiental certificada.

Art. 14. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11.....

V – incorporar requisitos de sustentabilidade, considerando o preço de compra, os custos operacionais e os custos de destinação final, na forma do regulamento.

.....” (NR)

“Art. 12

VIII – a incorporação dos princípios da economia circular.

.....” (NR)

“Art. 26

II – bens reconicionados, remanufaturados, reciclados ou recicláveis, conforme regulamento.

.....” (NR)

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES SETORIAIS

Art. 15. Este Capítulo estabelece as obrigações específicas dos setores produtivos estratégicos quanto à implementação da Política Nacional de



Economia Circular, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos associados às respectivas cadeias de valor.

Art. 16. Para os fins desta Lei, consideram-se setores produtivos estratégicos aqueles cuja atividade envolva a geração significativa de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou cujo ciclo produtivo possua elevado potencial de circularidade, conforme definido nesta Lei e em seus regulamentos.

Art. 17. Fica instituído o Plano Operacional de Transição Circular (POTC) como instrumento obrigatório para a operacionalização das ações previstas nesta Lei, devendo ser implementado por todos os empreendimentos pertencentes aos setores produtivos estratégicos, na forma do regulamento.

§1º O POTC constitui o principal instrumento setorial para assegurar a circularidade de materiais, a prevenção da geração de resíduos, o reaproveitamento de insumos, a incorporação de material reciclado e a destinação ambientalmente adequada de resíduos inevitáveis.

§2º O POTC deverá conter, no mínimo:

I – metas quantitativas e qualitativas de redução, reaproveitamento, reciclagem e circularidade de resíduos sólidos, líquidos e gasosos;

II – descrição das medidas técnicas e operacionais destinadas à eliminação de rejeitos e promoção do reúso de materiais ao longo do ciclo produtivo;

III – inventário anual de resíduos gerados e resultados obtidos, com indicadores de desempenho técnico, econômico e ambiental.

§3º As metas quantitativas presentes no POTC deverão estabelecer, no mínimo:

I – a substituição mínima de 20% das matérias-primas virgens por materiais reciclados ou reaproveitados até 2030;

II – o reaproveitamento mínimo de 60% dos resíduos sólidos industriais até 2035;

III – a redução de 40% do volume total de efluentes líquidos e emissões gasosas até 2040, por tonelada produzida.

§4º Ficam excetuadas do cumprimento ao item I, §3º, deste artigo, as micro e pequenas empresas.

§5º As médias empresas terão até 2035 para o cumprimento da meta prevista no item I, §3º, deste artigo.

§6º Os setores estratégicos deverão apresentar relatórios de auditoria independente acerca do cumprimento do POTC, cujas as informações serão enviadas à Entidade Gestora Nacional de Certificação em Economia Circular até o dia 31 de janeiro do ano subsequente.



§7º O disposto neste artigo deverá ser progressivamente atendido, podendo ser alterado por ato do Poder Executivo, inclusive em relação aos prazos estabelecidos.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará o POTC, observando:

I – as especificidades de cada setor produtivo, individualmente avaliadas, devendo assegurar a participação dos setores estratégicos, nos termos do Art. 16 desta lei, por meio de consulta pública ou outro instrumento de participação;

II – os padrões nacionais e internacionais de avaliação de ciclo de vida, gestão de resíduos e indicadores de sustentabilidade;

III – diretrizes para a interoperabilidade de dados com sistemas públicos de controle ambiental.

Seção I – Da Mineração e da Extração Mineral

Art. 19. Os empreendimentos do setor de mineração e extração mineral deverão adotar medidas específicas para assegurar a circularidade dos recursos minerais, a minimização de impactos ambientais e a valorização de resíduos e subprodutos ao longo de toda a cadeia produtiva, desde a lavra até o beneficiamento e comercialização.

Art. 20. As cadeias produtivas que utilizem minerais críticos e raros, incluindo terras raras, lítio, nióbio, grafeno, cobalto, entre outros insumos estratégicos para a transição ecológica e digital, deverão garantir sua rastreabilidade em todas as etapas de extração, beneficiamento, comercialização, uso, reúso e reciclagem, em consonância com os princípios da economia circular.

§1º A rastreabilidade deverá assegurar a transparência quanto à origem, quantidade, qualidade, destino e forma de reaproveitamento ou destinação final dos materiais, com vistas a prevenir a exploração predatória, os impactos socioambientais e a perda de valor circular desses insumos.

§2º O Poder Executivo estabelecerá, em regulamentação específica, os critérios técnicos, padrões de interoperabilidade e sistemas de certificação aplicáveis à rastreabilidade obrigatória dos minerais críticos e raros.

Seção II – Da Indústria de Insumos e Materiais

Art. 21. Os empreendimentos da indústria de insumos e materiais deverão exercer as suas atividades observadas as seguintes diretrizes:

I – estabelecer metas anuais e progressivas de redução, reaproveitamento, reintegração e recuperação energética de resíduos ao ciclo produtivo;



II – desenvolver plano de transição para matérias-primas renováveis e secundárias, reaproveitadas ou recicladas sempre que técnica e economicamente viáveis.

§1º Os setores abrangidos por esta Seção deverão estruturar mecanismos de rastreabilidade e controle de insumos perigosos ou críticos ao longo da cadeia produtiva.

§2º A obrigação de avaliação e reporte do ciclo de vida de produtos e insumos, para fins de comprovação de circularidade, encerra-se com a conclusão do processo de fornecimento ao adquirente direto.

I – Compete ao fornecedor comprovar as informações relativas às etapas de sua própria cadeia produtiva, até a entrega ao cliente contratante.

II – O cumprimento das etapas subsequentes de análise do ciclo de vida caberá ao agente econômico que der continuidade ao processo produtivo, industrial ou comercial. (NR)

Seção III – Da Construção Civil e da Infraestrutura

Art. 22. Os empreendimentos públicos e privados dos setores da construção civil e da infraestrutura deverão, nos termos que regem esta Lei e a regulamentação específica, observar as seguintes diretrizes:

I – Desenvolver estratégias para prevenção de perdas de materiais e redução da geração de resíduos na origem;

II – Elaborar planos de reuso de solos, agregados, concreto, madeira, metais, gesso, materiais cerâmicos e demais componentes construtivos;

III – Adotar de sistemas construtivos modulares, desmontáveis ou de rápida execução, que reduzam o desperdício e permitam maior reaproveitamento de materiais;

IV – Separar na fonte, armazenamento adequado e destinação prioritária para reciclagem e reutilização dos resíduos gerados;

V – Implementar estratégias de rastreabilidade de materiais e de circularidade no pós-uso das obras ou elementos construtivos.

Seção IV – Da Indústria Automotiva

Art. 23. As montadoras, fabricantes de autopeças, importadores, distribuidores e demais integrantes da cadeia automotiva deverão, nos termos que regem esta Lei e a regulamentação específica, observar as seguintes diretrizes:



- I – Desenvolver estratégias para acondicionamento, remanufatura e reaproveitamento de autopeças e materiais automotivos;
- II – Aplicar programas rastreáveis de logística reversa;
- III – Atuar para ampliação da vida útil dos produtos e promoção de centros de desmontagem e recuperação certificada de veículos;
- IV – Utilizar design de veículos e componentes voltado à desmontabilidade, à reciclabilidade e à rastreabilidade.

Seção V – Da Indústria de Petróleo e de Gás

Art. 24. A gestão circular das atividades da indústria de petróleo e de gás deverá priorizar a minimização da geração de rejeitos e a maximização do reaproveitamento de materiais e resíduos sólidos, líquidos e gasosos ao longo de todas as fases do ciclo produtivo, incluindo construção, operação, manutenção, perfuração e produção.

Parágrafo único. As obrigações previstas nesta Seção aplicam-se a empreendimentos em ambiente terrestre, marítimo ou fluvial.

Art. 25. As metas progressivas obrigatórias de reaproveitamento, reciclagem ou tratamento circular dos resíduos da indústria de petróleo e de gás serão estabelecidas nos termos do regulamento.

Seção VI – Uso de Energia e Combustíveis

Art. 26. A produção, comercialização, uso e a concessão de benefícios fiscais, econômicos ou creditícios a combustíveis e biocombustíveis no território nacional deverão observar, obrigatoriamente, critérios técnicos de sustentabilidade, eficiência energética e viabilidade mecânica, estando condicionadas à comprovação de desempenho por meio de sistemas de testagem laboratorial, funcional e de compatibilidade mecânica, nos termos desta Lei e de sua regulamentação.

§1º A testagem laboratorial deverá incluir a análise técnica de desempenho físico-químico, energético e de integridade mecânica dos combustíveis e biocombustíveis em uso puro ou em mistura parcial com combustíveis fósseis, abrangendo:

- I – estabilidade térmica, propriedades físico-químicas e degradação de desempenho com o tempo;
- II – impactos sobre a vida útil e funcionamento de motores, injetores, sistemas de combustão, lubrificação e escapamento;



III – padrões de emissão de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa durante o ciclo de uso;

IV – risco de corrosão, incrustação, carbonização ou falhas em sistemas automotivos, industriais e agrícolas.

§2º As avaliações deverão adotar metodologias integradas baseadas no conceito do ciclo de vida completo, do berço ao túmulo, considerando desde a origem da matéria-prima até a disposição final dos resíduos, para assegurar que os combustíveis testados contribuam de forma comprovada para a sustentabilidade ambiental e operacional.

§3º As análises laboratoriais e avaliações de compatibilidade mecânica previstas neste artigo serão conduzidas exclusivamente por laboratórios e centros técnicos independentes, públicos ou privados, devidamente acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), em conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis.

§4º Os resultados das testagens, em conjunto com a avaliação de compatibilidade mecânica, serão consolidados em laudo técnico de conformidade e desempenho, que constituirá requisito obrigatório para:

I – registro do combustível ou biocombustível perante o órgão regulador competente;

II – concessão de incentivos ou subsídios públicos, incluindo benefícios fiscais, econômicos e creditícios;

III – autorização para comercialização em escala nacional.

Art. 27. A introdução de novos combustíveis, aditivos ou misturas no mercado nacional somente será autorizada mediante:

I – demonstração técnica laboratorial e mecânica de viabilidade de uso em motores, máquinas e equipamentos em operação no país, conforme os critérios definidos nesta Seção;

II – comprovação da eficiência ambiental e energética, com base em testagens laboratoriais homologadas e dados verificáveis; e

III – avaliação prévia de impacto regulatório, ambiental e econômico, compatível com os objetivos da Política Nacional de Economia Circular e com a segurança dos consumidores e usuários finais.

Parágrafo único. A ausência de comprovação de desempenho técnico, laboratorial e mecânico, e de rastreabilidade implicará na proibição de comercialização do combustível ou biocombustível, na suspensão de benefícios eventualmente concedidos e na aplicação das sanções previstas na legislação ambiental e de defesa do consumidor.



Seção VII – Do Saneamento Básico e dos Recursos Hídricos

Art. 28. Os serviços públicos e privados de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais, deverão, nos termos que regem esta Lei e a regulamentação específica, observar as seguintes diretrizes:

- I – Implementar estratégias de reuso de água residual tratada e de águas pluviais;
- II – Garantir a separação, rastreabilidade e destinação adequada de resíduos sólidos gerados nas operações;
- III – Atuar para mitigação da poluição difusa e melhoria da qualidade dos corpos hídricos receptores.

Art. 29. O reuso de efluentes tratados será considerado prática prioritária na gestão hídrica urbana e industrial, devendo ser implantado progressivamente, especialmente nas regiões com estresse hídrico ou alto consumo industrial.

§1º Os operadores de sistemas de esgotamento sanitário deverão implantar, sempre que tecnicamente viável, sistemas de reuso de água para fins não potáveis, como:

- I – irrigação de áreas verdes, florestas urbanas e zonas agrícolas;
- II – lavagem de vias públicas e veículos;
- III – refrigeração industrial e geração de vapor;
- IV – reabastecimento de aquíferos e controle de intrusão salina.

§2º O reuso deverá atender aos padrões de qualidade definidos em regulamentação técnica específica.

Art. 30. A União, os Estados e os Municípios poderão instituir mecanismos de incentivo para projetos que promovam a circularidade nos serviços de saneamento básico, incluindo:

- I – incentivos fiscais ou creditícios para investimentos em tecnologias de reuso, geração de biogás e compostagem de lodo;
- II – programas de qualificação e certificação de prestadores de serviços com metas de reúso e eficiência energética;
- III – prioridade no acesso a recursos de fundos públicos e internacionais para projetos com foco em circularidade hídrica e sanitária;



IV – reconhecimento de boas práticas em gestão circular no setor, por meio de programas oficiais de avaliação de desempenho ambiental e social.

Seção VIII – Da Gestão de Resíduos Sólidos e da Logística Reversa

Art. 31. A gestão de resíduos sólidos urbanos, industriais, hospitalares, comerciais, perigosos e de difícil tratamento deverá seguir os princípios da economia circular, priorizando a prevenção da geração, a reutilização, a reciclagem e a adequada destinação final.

§1º Serão consideradas de difícil tratamento as categorias de resíduos que, pela sua composição físico-química, toxicidade, inflamabilidade, risco biológico ou dificuldade de manejo e reaproveitamento, demandem tratamento especializado ou sistemas diferenciados de logística reversa.

§2º O gerenciamento desses resíduos deverá ser objeto de políticas específicas de incentivo à circularidade, à inovação tecnológica, à rastreabilidade e ao uso de tecnologias limpas, promovendo soluções ambientalmente adequadas, seguras e economicamente viáveis.

Art. 32. Fica instituída a Taxa de Compensação Ambiental sobre a destinação de resíduos sólidos, equivalente a 12% (doze por cento) do valor recebido pelos operadores de aterros sanitários pela disposição final de resíduos sólidos urbanos.

§1º A taxa de que trata o caput incidirá sobre o valor bruto auferido por tonelada de resíduo recebido, independentemente da origem pública ou privada dos resíduos.

§2º Os recursos arrecadados com a taxa de compensação ambiental serão partilhados igualmente entre União, Estados e Municípios, sendo destinados 4% para cada ente.

§3º A taxa tem como objetivo o fomento de programas e projetos de recuperação, preservação e monitoramento ambiental, prioritariamente nas áreas de influência direta dos aterros sanitários e no combate aos lixões.

Art. 33. O Poder Público poderá estabelecer políticas de incentivo fiscal, técnico e financeiro para:

- I – instalações de unidades de triagem, acondicionamento e reciclagem;
- II – ampliação da infraestrutura de coleta seletiva e logística reversa;
- III – desenvolvimento de tecnologias para resíduos perigosos e de difícil tratamento;



IV – fortalecimento de redes de cooperativas e centrais de comercialização de recicláveis;

V – remuneração por desempenho dos catadores e organizações da sociedade civil.

Seção IX – Dos Equipamentos Eletroeletrônicos e Bens Duráveis

Art. 34. Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de equipamentos eletroeletrônicos e bens duráveis deverão implementar sistemas de economia circular voltados à extensão da vida útil, ao reuso, à remanufatura, à reciclagem e à destinação final ambientalmente adequada desses produtos, com especial atenção à recuperação e rastreabilidade de minerais críticos e materiais valiosos utilizados em seus componentes.

§1º Os sistemas deverão prever:

I – pontos de coleta acessíveis à população e mecanismos claros para o retorno de produtos ao final de sua vida útil;

II – incentivos e campanhas periódicas para a devolução voluntária de produtos usados, incluindo benefícios econômicos ou créditos de reciclagem.

Art. 35. Os produtos eletroeletrônicos e bens duráveis deverão conter, em local acessível ao consumidor, informações transparentes sobre:

I – tempo estimado de vida útil e garantias de desempenho;

II – disponibilidade de peças de reposição, assistência técnica e reparabilidade;

III – índice de reciclabilidade, conteúdo reciclado e percentual de minerais críticos e materiais valiosos recuperáveis;

IV – canais disponíveis e facilitados de devolução para logística reversa, destacando a importância ambiental da recuperação de minerais críticos e materiais valiosos.

Art. 36. A União, os Estados e os Municípios poderão estabelecer incentivos fiscais, financeiros e creditícios para as empresas e organizações que:

I – comprovarem eficiência destacada na recuperação e reutilização de minerais críticos e materiais valiosos em equipamentos eletroeletrônicos e bens duráveis;

II – implementarem iniciativas inovadoras de recuperação tecnológica, remanufatura e design circular voltados à preservação de recursos estratégicos e à redução dos impactos ambientais.



Seção X – Da Indústria Naval

Art. 37. A gestão circular das atividades da indústria naval deverá priorizar a minimização da geração de rejeitos e a maximização do reaproveitamento de materiais e resíduos sólidos, líquidos e gasosos ao longo de todas as fases do ciclo produtivo, incluindo construção, operação, manutenção, perfuração, produção, descomissionamento e descarte final de embarcações, plataformas e estruturas associadas.

Parágrafo único. As obrigações previstas neste artigo aplicam-se a empreendimentos navais em ambiente terrestre, marítimo ou fluvial.

Art. 38. O descomissionamento, desmantelamento e reciclagem de embarcações, plataformas e demais estruturas flutuantes será regido pelos princípios da precaução, responsabilidade compartilhada, rastreabilidade e economia circular, observando-se as diretrizes da Convenção Internacional de Hong Kong.

§ 1º A determinação prevista no caput aplica-se a todas as embarcações e estruturas flutuantes em águas jurisdicionais brasileiras.

§ 2º Para fins desta Lei, consideram-se embarcações os navios de transporte, navios de guerra desativados, embarcações de apoio marítimo, plataformas fixas ou flutuantes, FPSOs, FSUs e quaisquer estruturas similares.

§ 3º O desmantelamento e a reciclagem de embarcações deverão ocorrer em território nacional, salvo declarada impossibilidade técnica, priorizando:

I – o reaproveitamento de materiais como aço, ligas metálicas, cabos e componentes estruturais para reintrodução em cadeias produtivas brasileiras;

II – a recuperação econômica de materiais estratégicos, inclusive para exportação como matéria-prima secundária de alto valor agregado;

III – a geração de empregos qualificados em estaleiros nacionais, com condições adequadas de segurança, saúde ocupacional e controle ambiental;

IV – a instalação ou adaptação de estaleiros certificados conforme os requisitos mínimos da Convenção de Hong Kong, com vistas à obtenção de certificação internacional reconhecida.

§ 4º Os estaleiros ou unidades de desmantelamento de navios e estruturas offshore deverão, obrigatoriamente:

I – possuir licenciamento ambiental expedido por órgão competente;

II – operar sob plano de gerenciamento de materiais perigosos e plano de desmantelamento circular aprovado pelo órgão licenciador;



III – garantir a rastreabilidade dos materiais desmontados, da origem até a destinação final ou reprocessamento;

IV – manter estrutura física e protocolos operacionais que impeçam a liberação de poluentes em solos, corpos hídricos e zonas costeiras;

V – adotar plano de saúde e segurança do trabalho específico para descomissionamento naval, com capacitação dos trabalhadores em práticas seguras e ambientalmente adequadas.

§ 5º A prática de beaching ou métodos de desmontagem direta em praias será expressamente proibida em território nacional, sujeitando o infrator às sanções previstas nesta Lei.

§ 6º A União fomentará o desenvolvimento da indústria nacional de desmantelamento e reciclagem de navios e plataformas, podendo inclusive conceder incentivos fiscais, nos termos do regulamento.

Art. 39. As embarcações fundeadas ou atracadas nas zonas costeiras, águas continentais ou baías dos Estados deverão, por meio de armador, afretador, empresa especializada ou preposto, providenciar a instalação de barreira de contenção ao redor da embarcação durante todo o período de estada no porto, atracada ou fundeada.

§ 1º Adicionalmente ao cerco preventivo com barreiras de contenção, o armador, o afretador, a empresa especializada ou o preposto da embarcação deverão dispor de contrato de prontidão para resposta à emergência, com disponibilidade de recursos adicionais em caso de necessidade.

§ 2º Quando forem realizados serviços de abastecimento, transposição de óleo e produtos nocivos ou perigosos, ou retirados resíduos das embarcações atracadas ou fundeadas, além das barreiras de contenção deverá ser mantida, junto à operação, embarcação de propulsão dedicada, com equipe treinada e apta a utilizar recursos de combate e resposta à emergência a bordo, operada por empresa especializada, para pronta atuação em caso de incidente ou acidente ambiental emergencial.

§ 3º Os serviços de instalação de cercos de contenção preventivos e de resposta à emergência ambiental somente poderão ser realizados por empresas devidamente cadastradas nos órgãos ambientais estaduais competentes, com objeto social específico para tais atividades.

§ 4º Para a aprovação do cadastro, as empresas que executam os serviços referidos no caput desta Lei deverão apresentar, anualmente, a via original e a cópia dos seguintes documentos:

I - Plano de Controle de Emergências – PCE, elaborado por profissional especializado em Serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho, com a



devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, validada por comprovante de pagamento das taxas devidas ao conselho de classe competente;

II - Programa de Gerenciamento de Riscos, conforme Norma Regulamentadora – NR nº 1 do Ministério do Trabalho, contemplando os riscos ambientais relativos às atividades laborais inerentes, com cópias dos recibos de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs aos empregados, elaborado por profissional especializado em Serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho, com a devida ART, validada por comprovante de pagamento das taxas devidas ao conselho de classe competente;

III - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR nº 7 do Ministério do Trabalho, com os Atestados de Saúde Ocupacional de cada empregado, todos assinados por Médico do Trabalho e pelos empregados;

IV - Registro na Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como empresa de navegação de apoio portuário, bem como das embarcações utilizadas na operação, quando necessário;

V - Documentos de registro e inscrição das embarcações destinadas à navegação interior, de acordo com a Norma da Autoridade Marítima – NORMAM nº 02 da Marinha do Brasil;

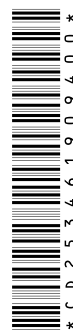
VI - Caderneta de Inscrição e Registro – CIR – dos tripulantes;

VII - Comprovante de cadastro junto ao órgão ambiental para emissão de manifesto de transporte e movimentação de resíduos, ou instrumento contratual com empresa especializada para destinação final dos resíduos oleosos, quando necessário no atendimento a emergências; bem como comprovante de registro profissional em conselho competente à atividade de resposta à emergência ambiental;

VIII - Apresentação de responsável técnico registrado no quadro técnico da empresa junto ao conselho de classe profissional, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em resposta a emergências;

IX - Implementação de programa e certificação de treinamento para lançamento de barreiras de contenção e resposta a incidentes de poluição por óleo, auditados de forma independente, com certificação ISO aplicável à atividade, inclusive ISO 9001;

X - Comprovação da boa situação econômico-financeira, por meio da apresentação de balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, auditados de forma independente, conforme as regras estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade;



XI - Inventário dos materiais de resposta à emergência e localização de cada item por base de apoio;

a) Os equipamentos destinados ao cerco preventivo e à mitigação de acidentes ambientais deverão ter sua fabricação e comercialização certificadas no segmento de produtos para proteção ambiental, tais como absorventes para vazamentos, turfas orgânicas, kits de emergência ambiental e barreiras de contenção de vazamentos. A fabricação e o fornecimento desses produtos deverão ser realizados exclusivamente por empresas que comprovem a implementação e a manutenção de sistemas de gestão da qualidade e gestão ambiental, devidamente certificados conforme as normas ISO 9001 e ISO 14001, respectivamente.

b) As certificações devem estar vigentes, emitidas por organismos acreditados, e abranger todos os processos produtivos e logísticos relacionados aos produtos ofertados, assegurando rastreabilidade, conformidade com padrões técnicos reconhecidos internacionalmente, compromisso com a melhoria contínua e efetiva mitigação de impactos ambientais;

XII - Apresentação do dimensionamento da equipe de atendimento à emergência para cada uma de suas bases;

XIII - Declaração de Equipamentos, Ferramentas e Veículos;

XIV - ART para o exercício da função de atendimento a acidentes e emergências do responsável técnico;

XV - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ contendo CNAE(s) e informações básicas que permitam a atuação da empresa no atendimento às emergências ambientais.

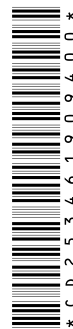
§ 6º Não serão cadastradas empresas para atendimento à emergência ambiental que envolva produtos perigosos, explosivos ou radioativos.

§ 7º A aprovação do cadastro referido no § 3º, do art. 39 desta Lei dar-se-á anualmente, em resolução específica da Secretaria do Meio Ambiente.

§ 8º As autoridades responsáveis pelo cadastramento, bem como os demais órgãos ambientais competentes para execução da atividade de resposta à emergência, a fim de demonstrar sua capacidade conforme as premissas da Resolução nº 398/08 do CONAMA, poderão requisitar a realização de simulado pré-autorização, bem como simulados de rotina.

§ 9º As determinações desta Lei não se aplicam às embarcações que tiverem capacidade de carga inferior a 5.000 TPB (cinco mil toneladas de porte bruto).

§ 10. Os serviços de formação de cercos de contenção preventivos e resposta à emergência estabelecidos no caput não poderão ser exercidos por empresas em situação de conflito de interesses, tais como as que forem controladas ou



controladoras, subsidiárias, coligadas ou pertencentes ao mesmo grupo econômico de empresas potencialmente poluidoras.

CAPÍTULO V DAS MEDIDAS TRANSVERSAIS E INTERSETORIAIS

Art. 40. Os empreendimentos, públicos e privados, abrangidos por esta Lei deverão adotar ações transversais e intersetoriais visando à cooperação, integração e compartilhamento de recursos, tecnologias e infraestruturas, para otimizar a gestão circular, a eficiência no uso dos recursos e a sustentabilidade ambiental, social e econômica das cadeias produtivas.

§1º São consideradas responsabilidades transversais e intersetoriais aquelas que envolvam:

I – estabelecimento de parcerias para uso compartilhado de infraestrutura de logística reversa, reciclagem, tratamento de resíduos e valorização energética, especialmente por meio de consórcios públicos e arranjos produtivos locais;

II – adoção de práticas de simbiose industrial e economia colaborativa, com reaproveitamento mútuo de resíduos, subprodutos, energia e materiais entre diferentes setores produtivos e regiões;

III – implementação conjunta de sistemas integrados de monitoramento, rastreamento e certificação de circularidade, com interoperabilidade técnica e digital entre cadeias produtivas;

IV – promoção de iniciativas intersetoriais de educação ambiental, capacitação profissional e sensibilização pública sobre economia circular e consumo sustentável;

V – realização, quando cabível, de análises de impacto específicas e integradas para aferir tecnicamente os resultados efetivos em termos de sustentabilidade ambiental e circularidade, evitando a ocorrência de distorções, falsas alegações ou práticas de green washing.

Art. 41. Para efeitos desta Lei, são consideradas atividades mitigadoras e neutralizadoras de emissões de gases de efeito estufa, passíveis de geração de créditos de carbono regulados e certificados, aquelas relacionadas à economia circular, incluindo, entre outras:

I – reciclagem, remanufatura e reaproveitamento de materiais oriundos de veículos, máquinas, equipamentos industriais, sucatas metálicas, eletroeletrônicos, baterias, pneus, embalagens, plásticos, vidros e resíduos da construção civil;



II – reciclagem energética de resíduos sólidos urbanos, industriais e agroindustriais;

III – recuperação e reinserção de materiais críticos e estratégicos em cadeias produtivas nacionais, contribuindo para evitar emissões decorrentes da extração e processamento de matérias-primas primárias;

IV – implementação de sistemas de logística reversa e rastreabilidade de produtos e materiais pós-consumo, com efetiva comprovação da redução de emissões de gases de efeito estufa pela substituição ou redução do uso de recursos naturais virgens;

V – projetos inovadores e de comprovada eficácia técnica voltados ao reúso de água, regeneração de solos e circularidade de insumos industriais, desde que resultem em reduções verificáveis e quantificáveis de emissões de gases de efeito estufa.

§1º As atividades previstas neste artigo deverão seguir metodologias específicas aprovadas pelo órgão gestor do mercado regulado de carbono, contemplando obrigatoriamente critérios técnicos de adicionalidade, mensuração, monitoramento contínuo, verificação independente e rastreabilidade de materiais e emissões evitadas.

§2º Os créditos de carbono gerados por atividades de economia circular deverão ser lastreados em evidências físicas, indicadores públicos e auditoria independente, de modo a assegurar integridade ambiental, evitar dupla contagem e garantir a rastreabilidade do material e das emissões evitadas em todo o ciclo de vida.

Art. 42. Os créditos de carbono originados de atividades de economia circular poderão ser objeto de comercialização direta, compensação de metas setoriais ou uso como garantia em operações financeiras, devendo sempre ser auditados e validados conforme os padrões estabelecidos, nos termos da regulamentação.

Seção I - Da Tecnologia, Inovação e Digitalização

Art. 43. Os setores produtivos abrangidos por esta Lei deverão promover a incorporação transversal de tecnologias, inovação aberta e digitalização em seus processos, visando à transição para modelos econômicos circulares, eficientes no uso de recursos, de baixo impacto ambiental e com rastreabilidade integral de materiais, produtos e resíduos.



Art. 44. O Poder Executivo incentivará o desenvolvimento e a implementação de tecnologias, plataformas digitais e inovações abertas especialmente voltadas para:

- I – gestão digital e integrada dos sistemas de logística reversa e rastreabilidade de materiais;
- II – soluções tecnológicas para triagem automatizada, valorização energética e tratamento avançado de resíduos complexos, perigosos ou de difícil gestão;
- III – plataformas digitais para comercialização, compensação e monetização de créditos de circularidade, reciclagem e carbono;
- IV – mecanismos digitais de auditoria ambiental, reporte transparente e monitoramento contínuo da eficiência circular dos setores produtivos.

Seção II - Da Educação, Informação e do Consumo Consciente

Art. 45. A promoção da economia circular pressupõe a adoção de estratégias integradas de educação, informação, comunicação e mobilização social, com vistas a:

- I – disseminar os princípios, os objetivos e os benefícios da economia circular entre cidadãos, consumidores, empresas, gestores públicos, trabalhadores e organizações da sociedade civil;
- II – estimular a mudança de padrões de produção, consumo e descarte, favorecendo práticas sustentáveis, responsáveis e regenerativas;
- III – fortalecer a cidadania ambiental, a responsabilidade socioambiental corporativa e o engajamento social na transição para uma economia circular e de baixo carbono.

Art. 46. Compete ao Poder Público, em todos os níveis federativos, fomentar:

- I – o desenvolvimento de materiais didáticos, recursos pedagógicos, plataformas digitais e programas de formação de docentes voltados à temática da circularidade, regeneração e desenvolvimento sustentável;
- II – a implementação de programas de capacitação para gestores públicos, técnicos, operadores econômicos, trabalhadores e organizações da sociedade civil, com foco em modelos de negócio circulares, inovação tecnológica e gestão sustentável de recursos;
- III – a realização periódica de campanhas públicas de consumo consciente, prevenção da geração de resíduos, valorização de produtos circulares e combate à obsolescência programada;



IV – o fortalecimento de centros de inovação, laboratórios de economia circular, hubs de reparo, recondicionamento, reciclagem e regeneração como espaços de educação não formal, formação profissional e engajamento social;

Seção III - Dos Mecanismos Econômicos e Fiscais

Art. 47. A implementação efetiva da Política Nacional de Economia Circular contará com o suporte estratégico de instrumentos econômicos, fiscais e financeiros, estruturados para:

I – fomentar o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, regenerativas e economicamente competitivas;

II – atrair investimentos nacionais e internacionais em inovação tecnológica, infraestrutura verde, digitalização, pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltados à circularidade;

III – acelerar o processo de reindustrialização verde e reconversão produtiva sustentável por meio de instrumentos econômicos reconhecidos globalmente;

IV – internalizar o valor econômico da circularidade nas decisões empresariais, criando incentivos claros e previsíveis que estimulem práticas sustentáveis em todos os setores econômicos;

V – prover instrumentos de financiamento e redução de risco, necessários ao crescimento das soluções de circularidade em escala nacional e internacional.

Art. 48. São instrumentos econômicos, fiscais e financeiros estratégicos para a Política Nacional de Economia Circular:

I – linhas de financiamento dedicadas, públicas e privadas, especialmente estruturadas por bancos de desenvolvimento, bancos comerciais, fintechs e fundos multilaterais, condicionadas à comprovação de resultados de circularidade e sustentabilidade ambiental;

II – fundos nacionais e internacionais voltados exclusivamente à transição circular, inovação aberta, simbiose industrial, regeneração ambiental, bioeconomia e descarbonização produtiva;

III – mercados regulados e voluntários de ativos ambientais circulares, incluindo créditos de circularidade, créditos de reciclagem, créditos de carbono e certificados ambientais de circularidade, com interoperabilidade técnica nacional e reconhecimento internacional;

IV – instrumentos financeiros inovadores, alinhados às práticas internacionais mais avançadas, tais como títulos verdes, títulos vinculados à sustentabilidade, social bonds e fundos de investimento com objetivos ambientais, sociais e de governança;



V – instrumentos financeiros de mitigação de risco, incluindo seguros específicos, fundos garantidores públicos e privados e instrumentos híbridos, visando aumentar a segurança dos investidores em projetos inovadores ou com maior grau de incerteza tecnológica ou econômica;

VI – critérios diferenciados e preferenciais em licitações públicas, concessões, parcerias público-privadas, financiamento público e outros mecanismos de fomento, condicionados à certificação independente e auditada de circularidade.

Art. 49. A Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5º.....

§4º

XIV – apoio às cadeias produtivas sustentáveis e que fomentem a circularidade econômica;

.....
.....”(NR)

Art. 50. A Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

V – As multas, sanções pecuniárias e contribuições arrecadadas no âmbito da Política Nacional de Economia Circular, nos termos do regulamento.

Art. 5º.....

X – apoio às cadeias produtivas sustentáveis e que fomentem a circularidade econômica;

.....
.....”(NR)

Art. 51. O Fundo Amazônia, estabelecido pelo Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, passa a ter suas diretrizes ampliadas nos seguintes termos:

“Art. 1º

VIII – apoio a projetos de economia circular voltados à Amazônia Legal.”



Art. 52. O Poder Executivo estabelecerá como as multas, sanções pecuniárias e contribuições arrecadadas no âmbito da Política Nacional de Economia Circular constituirão recursos a serem destinados aos fundos referidos nos nesta Lei.

Art. 53. As instituições financeiras, públicas e privadas, poderão incorporar critérios e métricas objetivas de circularidade em suas políticas de financiamento, investimento e análise de risco, prevendo, no mínimo:

I – crédito favorecido e diferenciado, com taxas reduzidas ou condições preferenciais para empreendimentos certificados e auditados que comprovem aderência plena aos princípios e metas da economia circular;

II – análise dos critérios ambientais, sociais e de governança (ASG/ESG), integrando métricas objetivas de circularidade, eficiência de recursos, redução de emissões e impacto ambiental positivo no modelo decisório das operações de crédito e investimento;

III – condicionamento das condições contratuais de financiamentos e investimentos à manutenção ou aprimoramento contínuo das metas de circularidade auditadas e certificadas, inclusive com previsão explícita de penalidades financeiras pelo não cumprimento.

Art. 54. O art. 3º da Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º
.....
.....

VI – o estímulo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, por meio de programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisas e o setor produtivo destinados à promoção da transição para a economia circular.

.....
.....

§3º O Comitê Gestor do Programa de Inovação para Competitividade, previsto no art. 4º desta Lei, estabelecerá o percentual mínimo para o fomento da ação citada no inciso VI deste artigo, conforme a sazonalidade de seus instrumentos de planejamento.” (NR)

Art. 55. O art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei do Pré-Sal), passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:



“Art.
47

§ 4º Será destinada exclusivamente ao incentivo de atividades voltadas para o desenvolvimento da economia circular porcentagem, a ser definida em regulamento, sobre rendimento anual do Fundo Social, a que se refere o art. 51 desta Lei, observado o prazo de vigência estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias.” (NR)

CAPÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 56. As infrações administrativas e penais cometidas contra as disposições desta Lei e seus regulamentos sujeitam os infratores às mesmas sanções e penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em seus regulamentos, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

§1º Aplicam-se, no que couber, as sanções previstas na legislação ambiental, especialmente:

- I – advertência;
- II – multa simples ou diária;
- III – apreensão de produtos, subprodutos ou instrumentos da infração;
- IV – suspensão da fabricação, comercialização ou uso de produtos e serviços;
- V – embargo ou interdição de estabelecimentos, obras ou atividades;
- VI – demolição de obras;
- VII – suspensão parcial ou total de atividades;
- VIII – restritiva de direitos, conforme o disposto na Lei nº 9.605, de 1998.

§2º A autoridade competente poderá, conforme a gravidade da infração, aplicar cumulativamente as sanções previstas neste artigo.

§3º As sanções administrativas previstas nesta Lei não afastam a obrigação de reparar integralmente os danos causados, inclusive mediante compensação ambiental, recuperação da área degradada e recomposição das funções ecológicas afetadas.

§4º O disposto neste artigo aplica-se também às infrações decorrentes do descumprimento de planos, metas, compromissos e indicadores de



circularidade estabelecidos no âmbito da Política Nacional de Economia Circular. (NR)

CAPÍTULO VII DO FORTALECIMENTO DA RESPONSABILIDADE NA GESTÃO CORPORATIVA

Art. 57. A governança corporativa orientada à sustentabilidade e à circularidade constitui um dos pilares para a efetivação da Política Nacional de Economia Circular, devendo ser incorporada de forma transversal às práticas de transparência, integridade, diligência e prestação de contas das empresas, especialmente as companhias abertas.

Parágrafo único. A inserção dos princípios da economia circular na governança corporativa deverá observar os fundamentos da responsabilidade ambiental, social e de governança, e alinhar-se aos padrões internacionais de contabilidade e reporte de sustentabilidade.

Art. 58. A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

.....

VI – aplicar aos autores das infrações indicadas no inciso V as penalidades previstas no art. 11, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal;

VII – realizar inspeção, na sede social, no estabelecimento, no escritório, na filial ou na sucursal da empresa investigada, de estoques, de objetos, de papéis de qualquer natureza, de livros comerciais, de computadores e de arquivos eletrônicos, e extrair ou requisitar cópias de quaisquer documentos ou dados eletrônicos;

VIII – requerer ao Poder Judiciário mandado de busca e apreensão de objetos, de papéis de qualquer natureza, de livros comerciais, de computadores e de arquivos magnéticos de pessoa jurídica ou de pessoa física, no interesse de inquérito ou processo administrativo;

IX – requerer vista e cópia de inquéritos policiais, de ações judiciais de qualquer natureza, de inquéritos e de processos administrativos instaurados por outros entes federativos, observadas pela Comissão de Valores Mobiliários as mesmas restrições de sigilo eventualmente estabelecidas nos procedimentos de origem; e



X – compartilhar com as autoridades monetárias e fiscais o acesso a informações sujeitas a sigilo, observadas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas referidas autoridades as mesmas restrições de sigilo perante terceiros aplicáveis às informações em sua origem.

.....” (NR)

“CAPÍTULO VII - C - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Art. 27-G. Os administradores de companhias abertas são civilmente responsáveis, no limite de sua atuação, pelos prejuízos sofridos por investidores em decorrência de infração à legislação e à regulamentação relativas à divulgação de informações ao mercado de valores mobiliários.

§1º A responsabilidade civil de que trata o caput também se aplica aos controladores da companhia:

I – se a legislação ou a regulamentação impuser diretamente a eles o dever de cumprir a norma infringida; ou

II – se concorrerem para a prática da infração, com ela forem coniventes ou, dela tendo conhecimento, deixarem de agir para impedir sua prática.

§2º Nas ofertas públicas de distribuição e aquisição de valores mobiliários, a responsabilidade civil prevista no caput se estende aos ofertantes, na medida de sua culpabilidade.

§3º Os coordenadores de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, bem como a instituição intermediária de ofertas públicas de aquisição de ações, caso descumpram dever de diligência relativamente à prestação de informações pelo ofertante nas ofertas de que tenham participado, conforme previsto na regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários, também serão responsáveis pelos prejuízos de que trata o caput referentes aos valores mobiliários por eles distribuídos, de maneira proporcional a sua participação em tais ofertas, sem solidariedade entre si.

§4º As companhias não são responsáveis pelos danos sofridos pelos investidores nos termos do caput, exceto nas ofertas de distribuição ou aquisição em que figurarem como ofertantes.

§5º Nas hipóteses previstas neste artigo, a responsabilização civil dependerá de comprovação de culpa ou dolo, bem como do nexo de causalidade e do dano sofrido pelos investidores.

§6º Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.



§7º O juiz poderá ainda reconhecer a exclusão da responsabilidade do causador do dano se convencido de que este agiu de boa-fé.

§8º Ressalvado o caso de dolo, a companhia poderá celebrar contratos de indenidade com os administradores relativamente às indenizações decorrentes deste artigo e às despesas a elas relativas, devendo, neste caso, divulgar os termos do contrato ao mercado, nos termos da regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.

§9º A responsabilidade civil de que trata este artigo não se aplica às companhias securitizadoras, que estão sujeitas à legislação específica.

Art. 27-H. Os legitimados poderão propor, em nome próprio e no interesse exclusivo dos titulares de valores mobiliários da mesma espécie ou classe, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos de que trata o art. 27-G, nos termos de regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

§1º São legitimados para a propositura da ação coletiva, exclusivamente:

I – a Comissão de Valores Mobiliários e o Ministério Público, nos termos da Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1999;

II – os investidores prejudicados que sejam titulares de valores mobiliários que representem percentual igual ou superior a cinco por cento dos valores mobiliários da mesma espécie ou classe; e

III – o agente fiduciário dos debenturistas.

§2º Para os fins do inciso II do §1º:

I – a titularidade dos valores mobiliários será aferida no momento em que os danos alegadamente se materializaram; e

II – serão desconsiderados os valores mobiliários recebidos em empréstimo.

§3º O investidor não perderá sua legitimidade para a causa na hipótese em que alienar a sua participação posteriormente à materialização do dano.

§4º A Comissão de Valores Mobiliários poderá modificar os critérios de legitimação dos investidores previstos no inciso II do §1º mediante a fixação de escala em função do valor do capital social ou de outros parâmetros que vierem a ser estabelecidos em regulamentação.

§5º Proposta a ação, os autores deverão comunicar a companhia para que esta divulgue o fato aos investidores, na forma estabelecida na regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.



§6º Os demais legitimados, nos termos do §1º, poderão intervir no processo como litisconsortes, desde que o façam no prazo de sessenta dias, contado da data de divulgação da propositura da ação, nos termos do disposto no §5º.

§7º Findo o prazo estabelecido no §6º, os demais legitimados não mais poderão intervir no processo, salvo como assistentes, sem direito ao prêmio, nem propor ação coletiva autônoma, exceto em caso de extinção do processo sem julgamento do mérito.

§8º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a qualquer tempo, prestar esclarecimentos e acompanhar o processo, nos termos do art. 31 desta Lei.

§9º A propositura da ação coletiva não impede os demais investidores de propor ação de indenização individual, desde que não tenham intervindo no processo coletivo como litisconsortes ou assistentes, observado o disposto no parágrafo único do art. 27-I.

§10. É lícita a transação nas ações de que trata o caput, desde que divulgada amplamente aos investidores e homologada pelo juiz, mas seus efeitos não prejudicarão os investidores que dela não forem parte.

§11. Na hipótese de improcedência do pedido, os autores serão condenados ao pagamento de honorários de sucumbência, estabelecidos sobre o valor da indenização pleiteada.

§12. Em caso de procedência do pedido formulado:

I – a condenação poderá ser genérica, com o reconhecimento da responsabilidade dos réus pelos danos e o estabelecimento de parâmetros claros e precisos para o cálculo das indenizações individuais;

II – poderá ser utilizado, a critério do juiz, o procedimento previsto no §1º do art. 2º da Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1999;

III – a sentença fará coisa julgada perante todos os titulares de valores mobiliários da mesma espécie e classe, exceto quanto aos investidores que tiverem optado pela propositura de ações individuais; e

IV – os réus deverão pagar aos autores da ação coletiva prêmio de até vinte por cento sobre o valor da indenização, do qual serão descontados os honorários de sucumbência, cabendo ao juiz fixar o percentual do prêmio em cada caso, de acordo com as circunstâncias da causa.

§13. Na hipótese de haver mais de um autor ou litisconsorte na ação coletiva, o juiz repartirá o prêmio entre eles, conforme a sua contribuição para o resultado do processo.



§14. Na hipótese de a condenação ser ilíquida, sua liquidação e execução poderão ser promovidas por qualquer dos investidores prejudicados.

Art. 27-I. Prescreve em dois anos, contados da data em que a infração se tornou pública, a ação individual ou coletiva para obter ressarcimento nos termos do art. 27-G.

Art. 27-J. Os procedimentos arbitrais coletivos referentes às ações coletivas para ressarcimento dos danos de que trata o art. 27-G:

I – estarão sujeitos às regras previstas no art. 27-H; e

II – serão públicos, nos termos e nos limites fixados na regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.” (NR)

Art. 59. A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 109.

§3º O estatuto pode estabelecer que as divergências que envolvam a companhia, seus acionistas e administradores sejam solucionadas mediante arbitragem, nos termos em que especificar.

§4º Nos termos e nos limites estabelecidos na regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários, serão públicos os procedimentos arbitrais de companhias abertas que:

I – visem a responsabilizar administradores, membros do conselho fiscal ou acionistas por prejuízos causados à companhia;

II – pela natureza da relação jurídica, devam ser decididos de modo uniforme para todos os acionistas; ou

III – de outra forma, afetem os direitos de acionistas que não sejam partes no processo.

§5º O disposto no §4º deste artigo não dispensa a companhia aberta de divulgar informações sobre procedimentos arbitrais que, mesmo não se enquadrando nos requisitos previstos no §4º, constituam fatos relevantes, observada a regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.

§6º As instituições arbitrais darão publicidade a seus precedentes relativos a demandas societárias que envolvam companhias abertas e



os divulgarão em seus sítios eletrônicos, organizados por questão jurídica decidida.” (NR)

“Art. 122.

X – deliberar, quando se tratar de companhias abertas, sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a percentual superior a cinquenta por cento do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e

XI – autorizar transação ou renúncia à pretensão na ação de responsabilidade de que trata o art. 159.

....." (NR)

“Art. 134.

§3º-A A anulação da aprovação de contas dos administradores poderá ser requerida em conjunto com a ação de responsabilidade prevista no art. 159 desta lei.” (NR)

“Art. 159.

§4º Se a assembleia deliberar não promover a ação, poderá ela ser proposta por titulares de ações que:

I – representem, no mínimo, cinco por cento do capital social, nas companhias fechadas; ou

II – representem, no mínimo, dois inteiros e cinco décimos por cento do capital social, nas companhias abertas.

§4º-A A participação societária de que trata o §4º será aferida no momento da propositura da ação, e o acionista que alienar a sua participação posteriormente à propositura não perderá sua legitimidade para a causa.

§4º-B No cálculo da participação societária referida no §4º, deverão ser desconsideradas as ações recebidas em empréstimo.

§4º-C A propositura da ação deverá ser comunicada pelo acionista à companhia, para que:



I – quando se tratar de companhia aberta, a companhia divulgue o fato publicamente, na forma estabelecida na regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários; e

II – quando se tratar de companhia fechada, a companhia comunique o fato a seus acionistas.

§4º-D Na hipótese de a ação ser proposta por acionista, a companhia não poderá propor ação autônoma, exceto em caso de extinção do processo sem julgamento de mérito.

§4º-E A companhia ou o acionista que detenha a participação societária mínima prevista no §4º poderá intervir no processo como litisconsorte, desde que o faça no prazo de sessenta dias, contado da data de divulgação pública ou da comunicação do fato aos acionistas, nos termos do §4º-C.

§4º-F Findo o prazo de que trata o §4º-E, a companhia e o acionista não poderão mais intervir no processo, salvo como assistentes simples, nem propor ação autônoma, exceto em caso de extinção do processo sem julgamento do mérito.

§4º-G Caso o acionista desista da ação, poderá a companhia, ou outro acionista legitimado, dar seguimento ao processo, desde que o faça no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da divulgação da desistência, que deverá ser feita na forma prevista na forma do §4º-C.

.....

§5º-A O administrador, se condenado, além de reparar o dano e arcar com as custas e as despesas do processo, pagará prêmio de até vinte por cento ao autor da ação, calculado sobre o valor total da indenização devida, do qual serão descontados os honorários de sucumbência.

§5º-B Na hipótese de a ação ter mais de um acionista como autor ou litisconsorte, o juiz repartirá o prêmio entre eles, conforme a sua contribuição para o resultado do processo.

§5º-C Havendo transação, o prêmio incidirá sobre o valor da indenização acordada.

§5º-D Na hipótese de improcedência do pedido, os autores serão condenados ao pagamento de honorários de sucumbência, fixados sobre o valor do prêmio pleiteado, e, na hipótese de ações ajuizadas com base no §3º, serão indenizados pela companhia pelas despesas incorridas.

.....” (NR)

“Art. 133.....”



§6º O relatório da administração deverá incluir, na forma do regulamento, informações relativas aos riscos, impactos e oportunidades relacionados a fatores de sustentabilidade e economia circular que sejam materiais para a companhia, elaboradas segundo práticas e padrões reconhecidos internacionalmente, de modo a assegurar transparência, confiabilidade e comparabilidade.

§7º As informações referidas no §6º incluirão, quando aplicável:

I – descrição das políticas, metas e indicadores utilizados para implementação dos princípios da economia circular;

II – dados sobre eficiência no uso de recursos, circularidade de materiais e redução de resíduos;

III – estratégias de transição para modelos de negócio circulares e regenerativos;

IV – impactos e dependências relacionados ao capital natural e aos serviços ecossistêmicos.

§8º As informações deverão ser submetidas a verificação independente por entidades tecnicamente credenciadas, observados critérios objetivos definidos em regulamentação, para atestar sua fidedignidade." (NR)

"Art. 176.....

VI – demonstrativo de informações relacionadas à sustentabilidade e economia circular, quando material para a companhia, elaborado em conformidade com padrões técnicos reconhecidos pelo órgão regulador competente;

.....

§8º A companhia que optar por não divulgar as informações previstas no inciso VI do caput deverá publicar justificativa fundamentada, demonstrando a ausência de materialidade ou a impossibilidade técnica temporária, estabelecendo cronograma para implementação futura." (NR)

"Art. 246. O acionista e a sociedade controladora repararão os danos que causarem à companhia por atos praticados com infração ao disposto nos art. 116 e art. 117.

§1º A ação para haver reparação cabe, exclusivamente, a acionistas que:

I – representem, no mínimo, cinco por cento do capital social, nas companhias fechadas; ou



II – representem, no mínimo, dois inteiros e cinco décimos por cento do capital social, nas companhias abertas.

§1º-A A participação societária de que trata o §1º será aferida no momento da propositura da ação, e o acionista que alienar a sua participação posteriormente à propositura não perderá a sua legitimidade para a causa.

§1º-B No cálculo da participação societária referida no §1º, deverão ser desconsideradas as ações recebidas em empréstimo.

§1º-C A propositura da ação deverá ser comunicada pelo acionista à companhia, para que:

I – quando se tratar de companhia aberta, a companhia divulgue o fato publicamente, na forma estabelecida na regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários; ou

II – quando se tratar de companhia fechada, a companhia comunique o fato a seus acionistas.

§1º-D Os acionistas legitimados poderão propor a ação independentemente de deliberação da assembleia-geral sobre a matéria.

§1º-E A companhia ou outros acionistas que detenham a participação societária mínima prevista no §1º poderão intervir no processo como litisconsortes, desde que o façam no prazo de sessenta dias, contado da data de divulgação pública ou da comunicação do fato aos acionistas, nos termos do disposto no §1º-C.

§1º-F Findo o prazo previsto no §1º-E, a companhia e os acionistas legitimados não poderão mais intervir no processo, salvo como assistentes, nem poderão os acionistas legitimados propor ação autônoma, exceto em caso de extinção do processo sem julgamento de mérito.

§1º-G Caso o acionista desista da ação, outros acionistas legitimados poderão dar seguimento ao processo, desde que o façam no prazo de sessenta dias, a contar da divulgação da desistência, que deverá ser feita na forma prevista na forma do §1º-C.

§2º O acionista controlador, se condenado, além de reparar o dano e arcar com as custas e as despesas do processo, pagará prêmio de vinte por cento ao autor da ação, calculado sobre o valor total da indenização devida à companhia, do qual será descontado o valor fixado pelo juiz para os honorários de sucumbência.



§2º-A Na hipótese de a ação ter mais de um acionista como autor, o juiz repartirá o prêmio entre eles, conforme a sua contribuição para o resultado do processo.

§2º-B É admitida a transação nas ações de que trata este artigo, desde que homologada pelo juiz, que deverá zelar para que os interesses da companhia não sejam prejudicados.

§2º-C Caso entenda necessário, o juiz poderá abrir prazo para que os acionistas da companhia se manifestem sobre a proposta de transação.

§2º-D Havendo transação, o prêmio incidirá sobre o valor da indenização acordada.

§2º-E Na hipótese de improcedência do pedido, os autores serão condenados ao pagamento de honorários de sucumbência, estabelecidos sobre o valor do prêmio pleiteado, na forma prevista no §2º." (NR)

"Art. 286. A assembleia irregularmente convocada ou instalada, ou que padecer de outros vícios de procedimento, bem como a deliberação contrária à lei, ao estatuto ou a acordo de acionistas regularmente arquivado na sede da companhia, podem ser impugnadas pelo acionista dissidente, abstinente ou ausente, ou por qualquer membro dos demais órgãos da companhia, no prazo decadencial de seis meses, contado da publicação da ata da assembleia.

§1º Não obstante o disposto no caput, quando a anulação da aprovação de contas dos administradores for requerida juntamente com a ação de responsabilidade civil de que trata o art. 159 desta Lei, observar-se-á, para ambas, o prazo de três anos, nos termos do art. 287, II, "b", 2.

§2º A nulidade, anulabilidade ou ineficácia do voto somente acarretará a anulação ou ineficácia da deliberação, conforme o caso, se tiverem sido determinantes para o resultado da assembleia." (NR)

"Art. 288-A. Aos prazos previstos nos artigos 285, 286 e 287 desta Lei não se aplica o disposto no art. 198 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)." (NR)

"Art. 291. A Comissão de Valores Mobiliários poderá modificar, mediante a fixação de escala em função do valor do capital social ou de outros parâmetros que vierem a ser estabelecidos em regulamentação, a porcentagem e os valores mínimos aplicáveis às companhias abertas, previstos nos seguintes dispositivos desta Lei:



- I – art. 105;
 - II – alínea “c” do parágrafo único do art. 123;
 - III – caput do art. 141;
 - IV – §1º do art. 157;
 - V – inciso II do §4º do art. 159;
 - VI – §2º do art. 161;
 - VII – §6º do art. 163;
 - VIII – inciso II do §1º do art. 246; e
 - IX – art. 277.
-” (NR)

Art. 60. Os ganhos líquidos auferidos por investidores residentes ou domiciliados no exterior em operações realizadas nos mercados de bolsa e de balcão organizado no País, assim entendidos os sistemas centralizados e multilaterais de negociação que possibilitem o encontro e a interação de ofertas de compra e venda de valores mobiliários e garantam a formação pública de preços, que operem de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como na criação ou no cancelamento de certificados de títulos e valores mobiliários no Brasil (*Brazilian Depositary Receipts*) ou no exterior (*Global Depositary Receipts e American Depositary Receipts*) mediante a entrega ou recebimento de ativos e na integralização ou resgate de cotas de Fundos de Investimento em Índice, mediante a entrega ou recebimento de ativos, ficam isentos do imposto sobre a renda, desde que os investidores não sejam residentes ou domiciliados em jurisdição de tributação favorecida, de que trata o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61. As alterações promovidas no art. 109 da Lei nº 6.404, de 1976, pelo art. 2º desta Lei, aplicam-se somente às arbitragens instauradas após decorrido o prazo de noventa dias, contado da data de entrada em vigor desta Lei.

Art. 62. As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, sujeitas às obrigações previstas nesta Lei, terão o prazo de até 2 (dois) anos, contados da sua entrada em vigor, para se adequarem integralmente às exigências



normativas e regulatórias estabelecidas, salvo prazos específicos fixados em regulamento próprio ou em dispositivos expressos desta Lei.

Art. 63. Denomina-se serviço de data center o conjunto organizado de atividades voltadas a possibilitar o armazenamento, processamento e distribuição de dados ou a hospedar os equipamentos destinados a essas finalidades.

Art. 64. Ficam revogadas as alíneas “a” e “b” do §1º do art. 246 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor após 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado LUCIANO VIEIRA

Relator

